



Arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

Mensagem do Presidente

Os dois últimos anos apresentaram um cenário desafiador para o mundo todo. Independente do país, todos tiveram que recalcular rotas, rever hábitos, encontrar novas formas de trabalhar, de estudar, de se relacionar e, claro, de se locomover. Enquanto 2020 foi marcado pelas políticas de isolamento, o ano de 2021 representou a retomada da vida social, das viagens e da atividade econômica. Como consequência desse movimento, entre janeiro e dezembro do ano passado, o tráfego nas sete concessionárias da Arteris cresceu 9,9% em comparação com 2020, totalizando 671,8 milhões de veículos equivalentes. A receita de pedágio acompanhou essa evolução e subiu 10,2%, chegando a R\$ 2,9 bilhões. Essa realidade influenciou positivamente a Ebitda da empresa, que cresceu 16,9%. Cumprindo seu papel de conectar pessoas e dinamizar o transporte de cargas, a Arteris seguiu com os investimentos previstos na infraestrutura rodoviária. Foi aportado R\$ 1,8 bilhão em nossas sete concessionárias, um valor 30,4% superior ao de 2020, que já havia retribuído uma companhia com compromisso para investir, com foco em garantir segurança nos melhores caminhos aos nossos usuários. Entre os projetos, destacamos o avanço nas obras do Contorno de Florianópolis, em Santa Catarina. Com

50 km de extensão e quatro túneis duplos, é a maior obra de infraestrutura rodoviária em execução no País. Em 2021, fizemos a liquidação da 10ª emissão de debêntures simples da Arteris Litoral Sul, que alcançou R\$2 bilhões, suportando os investimentos para o Contorno. O interesse nos títulos indica a percepção positiva do mercado financeiro na gestão, na governança e nos fundamentos de longo prazo da concessionária. Outra obra de destaque, com ritmo acelerado de trabalho, é a duplicação de 275 km administrados pela Arteris ViaPaulista, aumentando ainda mais a segurança viária e abrindo um novo eixo para o transporte de cargas no interior paulista, favorecendo o desenvolvimento regional. Trabalhamos no decorrer de todo o ano para que os usuários das nossas rodovias contassem com a melhor experiência de viagem. Em 2021, a Arteris prestou 1 atendimento a cada 40 segundos nas suas sete concessionárias, totalizando 795 mil usuários atendidos. Para oferecer rodovias cada vez mais seguras, nossos veículos operacionais percorreram mais de 41 milhões de quilômetros. Também atendemos 2,5 milhões de ligações via 0800 e geramos 111 milhões de visualizações via Twitter com informações sobre tráfego, serviços e entregas. Investimos em tecnologias que tornam mais moderna

a infraestrutura rodoviária, incluindo o uso de inteligência artificial no monitoramento por câmeras. O ano de 2021, também proporcionou o reconhecimento pela prática dos nossos valores corporativos. Recebemos o Selo Pro-Ética, oferecido a empresas que adotam voluntariamente medidas de integridade e combate à corrupção. Concedido pela Controladoria-Geral da União em conjunto com o Instituto Ethos e mais nove instituições do Comitê Pro-Ética, o selo reforça o posicionamento da empresa em atuar com ética e transparência. É uma conquista importante, principalmente por sermos a única concessionária do setor de infraestrutura rodoviária a possuir esse reconhecimento. Foi um ano de bastante trabalho e com conquistas relevantes. Esperamos que o ano de 2022 possa ser marcado pelo arrefecimento da pandemia e pela consolidação do ritmo de crescimento que o Brasil precisa. Agradecemos a todo o time da Arteris, em cada regional e área, que soube lidar com as incertezas trazidas pela Covid-19 e fazer o melhor para que fosse possível manter a prestação de serviços de qualidade, garantindo viagens mais seguras aos nossos usuários.

Sérgio Garcia – Diretor Presidente da Arteris

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. ("Arteris" ou "Sociedade") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis não foram revisados pelos auditores independentes.

Apresentação

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal. A Sociedade por meio de suas concessionárias opera e administra aproximadamente 3,2 mil quilômetros de rodovias, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica. As rodovias da Arteris estão estrategicamente localizadas nas regiões Sul e Sudeste, ligando importantes centros metropolitanos, de modo a promover o transporte de cargas em alguns dos mais importantes eixos econômicos do país. Ao todo são sete concessionárias, sendo duas no Estado de São Paulo e cinco no âmbito federal, todas empresas de capital aberto, e controladas 100% pela Arteris, sendo elas; Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), ViaPaulista S.A. (ViaPaulista), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt). A Sociedade detém ainda o controle da empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), sociedade criada com fim de fiscalização, gerenciamento de obras, sinalização e manutenção de rodovias e que se encontra atualmente em processo de encerramento de atividades operacionais.

Destques 2021

• **Tráfego Pedagiado:** Crescimento de 9,9% em comparação com 2020, excluindo a Centrovias, encerrada em 03 de junho de 2020, totalizando 671,8 milhões de veículos equivalentes, refletindo especialmente a flexibilização das medidas de isolamento social e retomada da atividade econômica, principalmente nas exportações. Ao compararmos com o ano de 2019, o tráfego também apresentou crescimento, 8,5% em bases comparáveis, demonstrando assim a resiliência do tráfego das rodovias sob gestão da Companhia.

• **Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 2,9 bilhões em 2021, aumento de 10,2% em comparação ao ano de 2020.

• **Investimentos:** A Arteris investiu em obras de melhoria, manutenção e expansão um total de R\$ 1,8 bilhão em 2021 aumento de 30,4% comparado a 2020, com destaque para as obras realizadas na ViaPaulista e Litoral Sul.

Eventos Relevantes

• 10ª Emissão de Debêntures Simples no Autopista Litoral Sul

Em outubro de 2021, foi concluída a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da concessionária Litoral Sul no valor de R\$ 2,0 bilhões. A emissão suporta os investimentos para o Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra rodoviária em execução no Brasil, e o equilíbrio da estrutura de capital da concessionária, possibilitando alongamento no prazo de endividamento e redução de custos.

• Pedido de Adesão ao Processo de Relicitação da Autopista Fluminense

Em 18 de maio de 2020, foi protocolado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT o pedido de adesão ao processo de relicitação da Autopista Fluminense. O empreendimento público federal ao qual se refere esta solicitação é o lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Após mais de um ano do trâmite do processo administrativo, em 09 de setembro de 2021, a Diretoria da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento de qualificação no processo de relicitação. Ao subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9.957/19, o processo foi remetido para Ministério da Infraestrutura, que, por meio da Portaria nº 1.372, de 17 de novembro de 2021, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação com o escopo da política pública do setor. Ainda em cumprimento ao trâmite previsto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI), que, em 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Cabe esclarecer, no entanto, que os atos já ocorridos, com destaque à atestação da viabilidade técnica e jurídica pela ANTT, declaração de compatibilidade do pedido com a política pública pelo Ministério da Infraestrutura e, mais recentemente, opinião favorável do CPPI quanto à conveniência e à oportunidade da relicitação, não encerram o trâmite do pedido de qualificação feito pela concessionária. De acordo com o estabelecido no Decreto nº 9.957/19, para que o procedimento de qualificação para relicitação seja concluído, ainda deverá haver deliberação pelo Presidente da República, e, por fim, assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Durante as negociações com a ANTT, todos os serviços de atendimento aos usuários da BR-101/RJ continuarão a ser prestados e realizados normalmente, reforçando o compromisso da Arteris com a operação das concessões sob sua gestão, assim como o atendimento aos usuários.

Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstração dos Resultados Consolidados (Em milhares de reais)						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Receita Operacional Bruta	1.291.009	1.076.050	20,0%	4.548.074	3.854.821	18,0%
Receitas de pedágio	784.813	717.342	9,4%	2.935.650	2.665.122	10,2%
Estaduais	266.916	245.841	8,6%	990.839	1.060.850	-6,6%
Federais	517.897	471.501	9,8%	1.944.811	1.604.272	21,2%
Outras receitas	13.647	11.550	18,2%	53.168	47.814	11,2%
Receitas de obras	492.549	347.158	41,9%	1.559.256	1.141.885	36,6%
Deduções da Receita	-69.114	-63.259	9,3%	-259.484	-229.202	13,2%
Receita Operacional Líquida	1.221.895	1.012.791	20,6%	4.288.590	3.625.619	18,3%
Custos e Despesas	-815.911	-615.223	32,6%	-2.680.622	-2.250.602	19,1%
EBITDA	405.984	397.568	2,1%	1.607.968	1.375.017	16,9%
Margem EBITDA*	55,7%	59,7%	-	58,9%	55,4%	-
Depreciações e Amortizações	-251.980	-244.523	3,0%	-982.589	-951.932	3,2%
Depreciações e amortizações	-251.980	-244.523	3,0%	-982.589	-951.932	3,2%
Resultado Financeiro	-254.059	-167.120	52,0%	-783.222	-482.264	62,4%
Lucro antes dos Efeitos Tributários	-100.055	-14.075	610,9%	-157.843	-59.179	166,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.609	-2.807	-228,6%	-723	10.990	-106,6%
Lucro Líquido do Período	-96.447	-16.882	471,3%	-158.567	-48.189	229,1%

• Tráfego Pedagiado

O tráfego pedagiado registrado em 2021 foi de **671,8 milhões** de veículos equivalentes, o que representa um crescimento de 6,3% em relação a 2020, quando totalizou **632,2 milhões** de veículos. Mesmo com o término do contrato de concessão da Centrovias, em junho de 2020, foi possível observar uma recuperação do tráfego de veículos leves, em linha com a flexibilização das medidas de isolamento da Covid-19. Os veículos pesados, por sua vez, apresentaram maior resiliência durante a pandemia e têm contribuído de forma contínua no crescimento do tráfego, impactado pela retomada da atividade econômica (consumo de varejo e exportações). Em bases comparáveis, excluindo-se a Centrovias da base de apresentação, foi observado crescimento de 9,9% no número de veículos equivalentes em 2020 quando comparado a 2021. Ao compararmos 2021 com o ano de 2019, o tráfego cresceu 8,5%, em bases comparáveis, denotando resiliência do tráfego das rodovias sob gestão da Companhia.

Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Estaduais	33.415	33.220	-0,5%	128.308	142.478	-9,9%
Autovias	-	-	-	-	-	-
Centrovias	-	-	-	-	20.992	-
Intervias	16.232	16.237	-1,4%	63.004	59.665	5,6%
Vianorte	-	-	-	-	-	-
Via Paulista	17.183	16.983	0,4%	65.304	61.821	5,6%
Federais	142.522	141.294	2,8%	543.528	489.740	11,0%
Planalto Sul	8.184	7.661	1,2%	31.421	27.639	13,7%
Fluminense	11.473	11.215	2,5%	43.453	39.442	10,2%
Fernão Dias	42.946	43.250	-0,9%	166.665	150.047	11,1%
Régis Bittencourt	41.302	41.533	2,8%	158.719	142.181	11,6%
Litoral Sul	38.616	37.635	7,7%	143.271	130.431	9,8%
Total	175.937	174.514	2,2%	671.836	632.218	6,3%
Total (excl. Centrovias)	175.937	174.514	2,2%	671.836	611.226	9,9%

Veículos Equivalentes (Mil)						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Consolidado	175.937	174.514	2,2%	671.836	632.218	6,3%
Leves	54.012	53.231	10,5%	192.421	185.232	3,9%
Pesados	121.926	121.283	-1,1%	479.415	446.986	7,3%

Veículos Equivalentes (Mil) – Excl. Centrovias						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Consolidado	175.937	174.514	2,2%	671.836	611.226	9,9%
Leves	54.012	53.231	10,5%	192.421	178.527	7,8%
Pesados	121.926	121.283	-1,1%	479.415	432.699	10,8%

Veículos Equivalentes (Mil)						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Estaduais	33.415	33.220	-0,5%	128.308	142.478	-9,9%
Autovias	-	-	-	-	-	-
Centrovias	-	-	-	-	20.992	-
Intervias	16.232	16.237	-1,4%	63.004	59.665	5,6%
Vianorte	-	-	-	-	-	-
Via Paulista	17.183	16.983	0,4%	65.304	61.821	5,6%
Federais	142.522	141.294	2,8%	543.528	489.740	11,0%
Planalto Sul	8.184	7.661	1,2%	31.421	27.639	13,7%
Fluminense	11.473	11.215	2,5%	43.453	39.442	10,2%
Fernão Dias	42.946	43.250	-0,9%	166.665	150.047	11,1%
Régis Bittencourt	41.302	41.533	2,8%	158.719	142.181	11,6%
Litoral Sul	38.616	37.635	7,7%	143.271	130.431	9,8%
Total	175.937	174.514	2,2%	671.836	632.218	6,3%
Total (excl. Centrovias)	175.937	174.514	2,2%	671.836	611.226	9,9%

Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Estaduais	33.415	33.220	-0,5%	128.308	142.478	-9,9%
Autovias	-	-	-	-	-	-
Centrovias	-	-	-	-	20.992	-
Intervias	16.232	16.237	-1,4%	63.004	59.665	5,6%
Vianorte	-	-	-	-	-	-
Via Paulista	17.183	16.983	0,4%	65.304	61.821	5,6%
Federais	142.522	141.294	2,8%	543.528	489.740	11,0%
Planalto Sul	8.184	7.661	1,2%	31.421	27.639	13,7%
Fluminense	11.473	11.215	2,5%	43.453	39.442	10,2%
Fernão Dias	42.946	43.250	-0,9%	166.665	150.047	11,1%
Régis Bittencourt	41.302	41.533	2,8%	158.719	142.181	11,6%
Litoral Sul	38.616	37.635	7,7%	143.271	130.431	9,8%
Total	175.937	174.514	2,2%	671.836	632.218	6,3%
Total (excl. Centrovias)	175.937	174.514	2,2%	671.836	611.226	9,9%

Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Estaduais	33.415	33.220	-0,5%	128.308	142.478	-9,9%
Autovias	-	-	-	-	-	-
Centrovias	-	-	-	-	20.992	-
Intervias	16.232	16.237	-1,4%	63.004	59.665	5,6%
Vianorte	-	-	-	-	-	-
Via Paulista	17.183	16.983	0,4%	65.304	61.821	5,6%
Federais	142.522	141.294	2,8%	543.528	489.740	11,0%
Planalto Sul	8.184	7.661	1,2%	31.421	27.639	13,7%
Fluminense	11.473	11.215	2,5%	43.453	39.442	10,2%
Fernão Dias	42.946	43.250	-0,9%	166.665	150.047	11,1%
Régis Bittencourt	41.302	41.533	2,8%	158.719	142.181	11,6%
Litoral Sul	38.616	37.635	7,7%	143.271	130.431	9,8%
Total	175.937	174.514	2,2%	671.836	632.218	6,3%
Total (excl. Centrovias)	175.937	174.514	2,2%	671.836	611.226	9,9%

Composição do Tráfego em Veículos Equivalentes						
	4T21	4T20	4T21/4T20	2021	2020	2021/2020
Estaduais	33.415	33.220	-0,5%	128.308	142.478	-9,9%
Autovias	-	-	-	-	-	-
Centrovias	-	-	-	-	20.992	-
Intervias	16.232	16.237	-1,4%	63.004	59.665	5,6%
Vianorte	-	-	-	-	-	-
Via Paulista	17.183	16.983	0,4%	65.304	61.821	5,6%
Federais	142.522	141.294	2,8%	543.528	489.740	11,0%
Planalto Sul	8.184	7.661	1,2%	31.421	27.639	13,7%
Fluminense	11.473	11.215	2,5%	43.453	39.442	10,2%
Fernão Dias	42.946	43.250	-0,9%	166.665	150.047	11,1%
Régis Bittencourt	41.302	41.533	2,8%	158.719	142.181	11,6%
Litoral Sul	38.616	37.635	7,7%	143.271	130.431	9,8%



... continuação do Relatório da Administração

ano de implantação, forneceu em 2021 mais de 20 mil horas de treinamento e 40 iniciativas para práticas comportamentais que salvam vidas, contribuindo diretamente na redução em 27% do índice de acidentes de trabalho com afastamento (comparando com 2020). Em paralelo, a gestão do capital humano também investe no desenvolvimento de programas que suportem a estratégia da companhia, priorizando aspectos como o bem-estar e o desenvolvimento dos colaboradores, a atração e a retenção de talentos e a qualidade e equidade de oportunidades. Este último aspecto, ainda desafiador para muitas empresas, ganha mais foco com a Agenda ESG na implantação de uma pauta direcionada à diversidade, equidade e inclusão. Em 2021, a Arteris avançou com a aprovação do Plano de Previdência Privada, que será implantado ao longo de 2022, com uma estrutura moderna e flexível, trazendo aos seus colaboradores um benefício de longo prazo e reforçando a estratégia para a longevidade do negócio. Em 2022, a companhia segue na consolidação dos estudos e iniciativas, buscando a evolução dos indicadores e o avanço da sua Agenda ESG.

Informações divulgadas pela Arteris

As demonstrações contábeis e operacionais divulgadas pela Arteris referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Sociedade, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Arteris. A Arteris também incluiu em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participações em Brasil S.A., sociedade controladora de 82,3% da Arteris. A evolução de tráfego das concessionárias da Sociedade medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Arteris para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº

381/03, a Sociedade informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Sociedade busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Sociedade.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.565	85.958	1.304.901	784.074	Caixa e financiamentos	14	–	–	289.209	541.355
Aplicações financeiras	5	20.040	13.982	419.587	81.278	Empréstimos moeda estrangeira	14	279.605	521.282	279.605	521.282
Contas a receber	6	–	–	183.385	151.154	Instrumento financeiro derivativo	16	12.536	24.564	12.536	24.564
Contas a receber – partes relacionadas	16	23.601	30.044	65	233	Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	16	–	650.928	–	–
Instrumento financeiro derivativo		–	226	–	226	Debêntures	15	31.714	8.926	447.782	210.867
Estoques		–	–	–	1.895	Risco sacado		–	–	10.778	10.177
Despesas antecipadas		886	723	16.374	11.724	Fornecedores		7.853	1.986	162.911	131.770
Impostos a recuperar	7	42.119	41.002	65.090	83.964	Arrendamento mercantil a pagar	17	2.698	617	30.255	30.122
Antecipação de IR e CS sobre lucros		–	146	313	9.597	Obrigações sociais		27.409	22.909	79.289	70.982
Adiantamentos a fornecedor	16	66.571	4	1.409	1.371	Obrigações fiscais		4.865	30.739	53.798	64.122
Juros sobre capital próprio a receber	16	25.378	–	–	–	IR e CS sobre lucros a pagar		–	–	19.209	29.010
Dividendos a receber	16	–	–	–	–	Contas a pagar – partes relacionadas	16	19	77	95.997	90.901
Aplicações financeiras vinculadas	9	–	–	14.710	–	Cauções contratuais		–	–	6.225	5.787
Outros créditos	9	360	323	8.187	12.200	Taxa de fiscalização		–	–	2.368	2.067
Total dos ativos circulantes		222.524	210.255	2.014.021	1.137.716	Credores pela concessão	19	–	–	218.822	285.884
						Provisão para manutenção em rodovias	20	–	–	95.321	80.664
						Outras contas a pagar	20	14.528	9.397	123.916	41.285
						Total dos passivos circulantes		381.227	1.271.425	1.928.021	2.140.839
Não Circulantes						Não Circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	9	59.289	59.257	282.151	175.377	Empréstimos e financiamentos	14	–	–	1.685.117	2.135.931
Impostos a recuperar	7	43.589	37.077	117.417	72.275	Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	16	1.336.040	492.079	–	–
Contas a receber – partes relacionadas	16	2.761.350	2.484.575	–	–	Debêntures	15	1.693.967	1.624.094	7.307.235	4.846.172
Despesas antecipadas		1	7	17.767	17.333	Arrendamento mercantil a pagar	17	39.042	39.696	136.130	142.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	888.268	780.561	Obrigações fiscais	20	40.266	1.633	88.962	43.947
Depósitos judiciais	20	8.341	8.463	96.832	102.849	Fiscos civis, trabalhistas e fiscais	20	–	–	115.072	113.688
Outras contas a receber	6	–	–	9.425	6.366	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	3.709	4.525
Realizável a longo prazo		2.872.570	2.589.379	1.411.860	1.156.761	Provisão para manutenção em rodovias	20	–	–	263.504	236.584
Investimentos em controladas e coligadas	10	6.769.320	6.922.948	19	19	Provisão para investimentos em rodovias	20	–	–	126.969	124.656
Direito de uso	12	39.473	39.475	159.137	169.858	Outras contas a pagar		6.600	9.000	6.600	9.000
Imobilizado	11	10.910	12.825	44.949	51.030	Total dos passivos não circulantes		3.115.915	2.166.502	9.733.298	7.656.687
Intangível em operação	13	26.740	28.640	11.486.806	11.306.615	Total do patrimônio líquido		3.497.142	3.437.927	6.464.386	6.372.953
Infraestrutura em construção	13	19.991	7.358	3.008.913	2.348.480	Patrimônio Líquido					
		6.866.434	7.011.246	14.699.824	13.876.002	Capital Social		5.353.848	5.103.848	5.353.848	5.103.848
						Reservas de lucros		1.291.376	1.339.565	1.291.376	1.339.565
						Prejuízos acumulados		(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
						Ajuste do patrimônio líquido – variação Cambial no capital		(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
						Total do patrimônio líquido		6.464.386	6.372.953	6.464.386	6.372.953
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.961.528	9.810.880	18.125.705	16.170.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido individual
			Legal	Retenção de lucros			
Prejuízo líquido do exercício	21	5.103.848	155.225	1.184.340	(22.271)	(48.189)	6.421.142
Destinação:							
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(48.189)	–	48.189	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.103.848	155.225	1.136.151	(22.271)	(158.567)	6.372.953
Prejuízo líquido do exercício	21	–	–	–	–	(158.567)	(158.567)
Destinação:							
Aumento de capital	21	250.000	–	–	–	–	250.000
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(158.567)	–	(158.567)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.353.848	155.225	977.584	(22.271)	(158.567)	6.464.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste do patrimônio líquido – variação cambial no capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido consolidado
			Legal	Retenção de lucros			
Prejuízo líquido do exercício	21	5.103.848	155.225	1.184.340	(22.271)	(48.189)	6.421.142
Destinação:							
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(48.189)	–	48.189	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.103.848	155.225	1.136.151	(22.271)	(158.567)	6.372.953
Prejuízo líquido do exercício	21	–	–	–	–	(158.567)	(158.567)
Destinação:							
Aumento de capital	21	250.000	–	–	–	–	250.000
Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros	21	–	–	(158.567)	–	(158.567)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.353.848	155.225	977.584	(22.271)	(158.567)	6.464.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo líquido do exercício		(158.567)	(48.189)	(158.567)	(48.189)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	23	17.067	17.714	982.589	951.932
Amortização de ágio em investimentos	10 e 12	–	–	–	11.809
Baixa de ativos permanentes	12	5	2.453	11.177	11.809
Baixa de ativos por direito de uso		240	–	127	29.444
Redução ao Valor Recuperável		–	–	27.826	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	(108.523)	(135.855)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão		–	–	–	3
Receita com aplicações financeiras vinculadas		–	–	(9.291)	(2.248)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	16	(73.363)	(39.815)	(35.295)	(36.625)
Juros e variações monetárias de empréstimos	14	32.207	75.584	214.797	234.011
Juros e variações monetárias de debêntures	14	169.588	94.277	566.608	315.641
Perda(ganho) operação Swap	28	(10.527)	(51.839)	(10.527)	(51.839)
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	24	4.296	2.367	47.237	39.585
Constituição (reversão) de provisão para riscos civis, trabalhistas e fiscais	20	–	–	24.440	25.611
Atualização monetária de provisão para riscos civis, trabalhistas e fiscais	20	–	–	8.133	2.553
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	20	–	–	243.096	354.091
Equivalência patrimonial		133	(11.470)	–	–
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		–	–	(33.225)	11.294
Contas a receber – partes relacionadas		5.612	(20.936)	168	(91)
Estoques		–	–	1.895	8.221
Despesas antecipadas		(157)	149	(5.084)	12.317
Impostos a recuperar		1.511	5.717	(11.365)	(19.047)
Outros créditos		(37)	(181)	4.013	59
Depósitos judiciais		–	122	(2.396)	8.356
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		5.266	(1.097)	(47.594)	(47.001)
Fornecedores – partes relacionadas		(58)	37	13.200	16.439
Cauções contratuais de fornecedores		–	–	(2.440)	(3.405)
Obrigações sociais		4.500	386	8.307	(5.655)
Obrigações fiscais		22.850	3.614	76.838	107.873
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(90)	(111.261)	(137.895)
Credores pela concessão		–	–	301	(520)
Fiscos civis trabalhistas e fiscais		–	–	(31.189)	(23.513)
Taxa de Fiscalização		–	–	438	155
Custo de transação – empréstimo		2.006	(16.217)	(65.258)	(17.720)
Pagamento de juros		–	–	(419.496)	(282.450)
Outras contas a pagar		2.731	5.634	80.231	(21.984)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		25.425	15.702	1.270.662	1.284.848
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisições de itens do ativo imobilizado	12	(592)	(1.676)	(8.149)	(10.934)
Aquisições de itens do intangível	13	(21.736)	(12.113)	(1.799.396)	(1.374.699)
Aplicação financeira vinculada	9	(32)	(59.257)	(344.505)	(121.777)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	9	–	–	227.241	57.531
Adições aos investimentos	10	71.450	147.453</		



Arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir: (i) **Julgamentos: Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICP 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC 12*, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 21. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:** O Grupo Arteris reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) **Estimativas: Determinação das receitas de construção:** De acordo com o CPC 47 e IFRS 15, quando o Grupo Arteris contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion – POC*. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios:** O Grupo Arteris reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, civis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 21. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8. **Redução ao valor recuperável (Impairment)** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4 Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **4.1. Contratos de concessão de serviços:** A natureza dos contratos de concessão do Grupo Arteris estão descritas na nota explicativa nº 2. **4.1.1. Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo Arteris que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo Arteris. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2. Ativos intangíveis e ágios:** O Grupo Arteris quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo Arteris poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2. Base de consolidação 4.2.1. Controladas:** O Grupo Arteris controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo Arteris obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **4.2.2. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2.3. Combinação de negócios:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve transações qualificadas como combinação de negócios. Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009. Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não representar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Como relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 8 c. **4.3. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo Arteris pelas taxas de câmbio nas datas das transações Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.4. Instrumentos financeiros: 4.4.1 – Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Arteris se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.4.2 – Classificação e mensuração subsequentes:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (conforme nota explicativa 28). No reconhecimento inicial, o Grupo Arteris pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Arteris tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4.3 – Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade, resumem-se a “*swap*” que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa dos financiamentos projetados em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado

do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é mensurado através das posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. **4.5. Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2)/IFRS 16:** No início de um contrato, avalia-se se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O Grupo Arteris amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, o Grupo Arteris mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuidos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Arteris. O Grupo Arteris determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo Arteris alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo Arteris optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) de arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.6. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7. Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados ao valor justo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 13. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflete, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes – EBT*). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquida de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.9. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.10. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Arteris seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.11. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos tributários, civis, regulatórios e trabalhistas:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, civis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.13. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pela receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), menos os insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.15. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo Arteris não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Arteris: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); (c) Concessões de aluguel relacionadas a COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); (e) Referência à Estrutura Concursal (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); (g) IFRS 17 Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas IFRS 2018–2020; (i) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); (j) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5 Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e contas bancárias	235	349	17.228	21.442
Aplicações financeiras*	43.330	85.609	1.287.673	762.632
Total	43.565	85.958	1.304.901	784.074

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos**	20.040	13.982	419.587	81.278
Total	20.040	13.982	419.587	81.278

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,10% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (79,80% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas. ** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6 Contas a Receber e Outras Contas a Receber

Estão representadas por:

	31/12/2021		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	162.867	–	133.506	–
Cupons de pedágio a receber	3.895	–	4.494	–
Cartões de pedágio a receber	1.030	–	1.376	–
Receitas acessórias a receber (a)	11.262	8.975	7.146	7.986
Outras receitas a receber (b)	83	450	434	380
Regulatórios a receber – Poder concedente	4.248	–	4.198	–
Total	183.385	9.425	151.154	8.366

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos. (b) Refere-se a cheques devolvidos em cobrança.

	31/12/2021		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	179.865	9.425	149.553	8.366
Créditos vencidos até 60 dias	2.640	–	710	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	58	–	366	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	721	–	525	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	101	–	–	–
Total	183.385	9.425	151.154	8.366

A Sociedade e suas controladas avaliam a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avaliam a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avaliam individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda esperada com recebíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7 Impostos a Recuperar

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	79.723	52.910	130.412	96.326
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	–	42	1.111
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	4.720	23.821	33.833	39.514
Total	84.443	76.731	165.356	139.292
Programa de Integração Social – PIS	–	43	1.750	1.797
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	–	–	11.198	10.848
Instituto nacional do seguro social – INSS	–	–	23	100
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	25	25	1.528	1.451
Total	1.240	1.238	2.652	2.751
Total geral	85.708	78.079	182.507	156.239
Total do circulante	42.119	41.002	65.090	83.964
Total do não circulante	43.589	37.077	117.417	72.275
	85.708	78.079	182.507	156.239

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – consolidado:
Saldos patrimoniais representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante						
Diferenças temporárias ativas						
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	2.616.273	2.285.423	-	-	2.616.273	2.285.423
Provisão de participação nos lucros	29.572	21.766	2.239	1.532	31.811	23.298
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	113.429	111.032	1.643	2.411	115.072	113.443
Outras provisões	4.472	28.009	1.332	1.039	5.804	29.048
Provisão para manutenção de rodovias	480.686	518.974	1.640	3.494	482.326	522.468
Amortização acumulada de obras futuras	35.124	26.038	-	-	35.124	26.038
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	30.772	22.423	-	-	30.772	22.423
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(27)	(5)	-	(4)	(27)	(9)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.061	13.565	-	-	13.061	13.565
Arrendamentos – IFRS 16 (CPC 06(R2))	4.076	1.629	1.043	118	5.119	1.747
Ajuste dos encargos financeiros (Contas a receber poder concedente)	-	49	-	-	-	49
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)	-	-	-	-	-	-
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	47.363	47.363	-	-	47.363	47.363
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	(47.362)	(47.362)	-	-	(47.362)	(47.362)
Estorno de capitalização de juros	687	687	-	-	687	687
Amortização estorno de capitalização de juros	(264)	(222)	-	-	(264)	(222)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	3.327.863	3.029.369	7.897	8.590	3.335.760	3.037.959
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	1.131.473	1.029.985	2.685	2.921	1.134.158	1.032.906
Diferenças temporárias passivas						
Direito de concessão incorporado (c)	-	-	(7.971)	(9.281)	(7.971)	(9.281)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	5.672	5.496	-	-	5.672	5.496
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(41)	(38)	-	-	(41)	(38)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (d)	-	-	-	-	-	-
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(556.717)	(556.717)	(23.317)	(23.317)	(580.034)	(580.034)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	191.456	158.762	12.482	10.699	203.938	169.461
Estorno de capitalização de juros	686	684	-	-	686	684
Amortização estorno de capitalização de juros	(252)	(220)	-	-	(252)	(220)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(359.196)	(392.033)	(18.806)	(21.899)	(378.002)	(413.932)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	(122.127)	(133.291)	(6.394)	(7.446)	(128.521)	(140.737)
Total do imposto de renda e contribuição social	1.009.346	896.694	(3.709)	(4.525)	1.005.637	892.169
Impostos diferidos não constituídos	121.078	116.133	-	-	121.078	116.133
Total do imposto de renda e contribuição social	888.268	780.561	(3.709)	(4.525)	884.559	776.036

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias, Vianorte, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista S.A. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio de cada concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final de cada concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes – EBT*).

Prejuízo fiscal e base negativa (a)

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Arteris*	284.987	168.995	-	-	284.987	168.995
Autovias	10.313	9.329	-	-	10.313	9.329
Centrovias	4.391	-	-	-	4.391	-
Vianorte	24.095	19.001	-	-	24.095	19.001
Planalto Sul	494.341	423.844	-	-	494.341	423.844
Fluminense	582.778	458.678	-	-	582.778	458.678
Fernão Dias	492.634	460.053	-	-	492.634	460.053
Régis Bittencourt	452.903	312.459	-	-	452.903	312.459
Litoral Sul	211.492	238.520	-	-	211.492	238.520
Latina Manutenção*	53.242	53.793	-	-	53.242	53.793
Arteris Participações*	5.098	140.751	-	-	5.098	140.751
Total	2.616.273	2.285.423	-	-	2.616.273	2.285.423

(*) Apesar do aumento dos prejuízos fiscais e bases negativas, não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios das reclamações pendentes de resoluções. (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do Livro de apuração do Lucro Real – LALLUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente. (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Movimentos de resultados representados por:

	Consolidado		Consolidado		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal e base negativa	330.850	268.194	-	-	330.850	268.194
Provisão de participação nos lucros	8.513	(6.873)	-	-	8.513	(6.873)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	1.628	4.406	-	-	1.628	4.406
Direito de concessão incorporado	1.310	1.311	-	-	1.310	1.311
Outras provisões	(23.242)	2.251	-	-	(23.242)	2.251
Provisão para manutenção de rodovias	(40.142)	108.599	-	-	(40.142)	108.599
Amortização acumulada de obras futuras	9.086	8.855	-	-	9.086	8.855
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	8.525	8.646	-	-	8.525	8.646
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(21)	-	-	-	(21)	-
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(504)	(500)	-	-	(504)	(500)
Arrendamentos – CPC 06 (R2) IFRS 16	3.372	1.031	-	-	3.372	1.031
Ajuste dos encargos financeiros (Contas a receber poder concedente)	(49)	(284)	-	-	(49)	(284)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14	-	-	-	-	-	-
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	34.477	34.485	-	-	34.477	34.485
Amortização estorno de capitalização de juros	(73)	(74)	-	-	(73)	(74)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	333.731	427.985	34	34	333.731	427.985
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	113.468	145.515	4.945	9.660	118.413	155.175
Impostos diferidos não constituídos	1.009.346	896.694	(3.709)	(4.525)	1.005.637	892.169
Total do imposto de renda e contribuição social	888.268	780.561	(3.709)	(4.525)	884.559	776.036

A Controladora possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável. Os estudos técnicos de viabilidade do Grupo Arteris, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. A expectativa de recuperação dos créditos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue: Exercícios a findar-se em:

	Ativo não circulante		Total	
	Constituídos	Não constituídos	31/12/2021	31/12/2020
2022	2.048	-	2.048	-
2023	10.720	-	10.720	-
2024	40.312	-	40.312	-
2025	69.851	-	69.851	-
2026	92.639	-	92.639	-
2027	83.492	-	83.492	-
Após 2027	473.741	116.730	590.471	-
	772.803	116.730	889.533	-

Para cada concessão (UGC), o prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final de cada concessão.

9 Aplicações Financeiras Vinculadas

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais assim como obrigações referentes a empréstimos e financiamentos. Os valores dessas aplicações em 31 de dezembro de 2021 são de R\$59.289 e R\$296.861 na controladora e consolidado respectivamente (R\$59.257 e R\$175.377 em 31 de dezembro de 2020). A seguir consta breve descrição dessas obrigações: **Controladora** – Deve manter valor em conta vinculada referente a garantia de contrato de aluguel. **BNDES – Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul:** As controladas Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul devem de acordo com o contrato de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio). Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. As controladas citadas devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 95,26% a.a. da variação do CDI (85,60% a.a. em 31 de dezembro de 2020). **BNDES – ViaPaulista:** A ViaPaulista deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 62% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2023. A partir de 1º de janeiro de 2024 esse percentual passará para 67% até 31 de dezembro de 2028. A partir de 1º de janeiro de 2029 até 31 de dezembro de 2034 esse percentual passará para 70%. A partir de 1º de janeiro de 2035 até o final e integral cumprimento das obrigações garantidas esse percentual passará para 73%. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, pagamentos e taxas. A ViaPaulista deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vinculada, na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos três meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez ou parcelas vincendas nos quatro meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,3 e igual ou superior a 1,2; ou parcelas vincendas nos cinco meses subsequentes, caso o ICSD esteja menor do que 1,2 e igual ou superior a 1,1. metodologia de acordo com o descrito em nota explicativa nº14; na conta Taxas, deverá manter o saldo mínimo para o pagamento das obrigações contratuais referente a parcela vincenda do Ônus Variável e Taxa de Fiscalização, equivalente a 6% da receita diária reconhecida. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. Além disso, a ViaPaulista deve manter na conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

10 Investimentos

Os saldos dos investimentos da controladora em suas controladas são representados como segue:

	Participação capital		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante		Passivo não circulante		Passivo total	Receita líquida	Lucro/(Prejuízo)
	Ações ordinárias	(%)				Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	31/12/2021	31/12/2020			
Autovias	125.040.451	100%	183.918	5.648	199.058	12.980	1.698	14.678	14.021	12.965	6.244	(462)
Centrovias	101.483.834	100%	226.103	8.438	234.541	11.046	2.381	13.427	7.309	11.046	7.309	806
Intervias (*)	4.763.110	51%	347.390	557.000	904.390	337.210	1.046.579	1.383.789	493.878	337.210	136.108	136.108
Vianorte	1.132.038	100%	133.441	5.930	139.371	18.975	3.303	22.278	9.229	18.975	9.229	357
ViaPaulista	1.397.784.793	100%	1.389.286	104.047	1.493.333	206.404	1.417.536	1.623.940	788.719	1.493.333	3.998	3.998
Planalto Sul	1.721.076.003	100%	730.180	25.231	755.411	143.125	506.850	649.975	242.946	755.411	(48.589)	(48.589)
Fluminense	658.918.293	100%	642.733	25.851	668.584	164.655	1.314.649	1.479.304	316.714	668.584	(90.720)	(90.720)
Fernão Dias	2.284.105.562	100%	1.120.371	54.853	1.175.224	27.713	4.323	32.036	16.469	1.175.224	(16.625)	(16.625)
Régis Bittencourt	666.255.515	100%	663.350	66.586	729.936	192.567	1.843.951	2.036.518	645.506	729.936	(78.911)	(78.911)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.261.773	1.004.670	2.266.443	271.784	3.654.376	3.926.160	1.278.561	2.266.443	(16.179)	(16.179)
Latina Manutenção	62.595.320	100%	48.085	53.150	101.235	3.326	3.390	6.716	19.074	101.235	(16.179)	(16.179)
Arteris Participações	1.158	100%	172.892	18.488	191.380	15.817	-	15.817	-	191.380	66.350	66.350

	Participação capital		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante		Passivo não circulante		Passivo total	Receita líquida	Lucro/(Prejuízo)
	Ações ordinárias	(%)				Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	31/12/2021	31/12/2020			
Latina Manutenção	77.595.319	100%	79.264	62.130	141.394	88.471	5.855	3.352	9.207	141.394	63.177	1.669
Arteris Participações	1.158	100%	122.884	4.128	127.012	127.012	1.577	-	1.577	127.012	-	68.897



Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	15.810	40.447	7.416	16.454	667	24.795	1.714	8.143	115.446
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2020	(12.083)	(22.326)	(11.440)	(19.394)	–	(22.983)	(1.078)	–	(89.304)
Depreciações	(626)	(3.985)	(865)	(1.134)	–	(1.311)	(115)	–	(8.036)
Transferências/reclassificações	–	–	–	25	–	–	(25)	–	–
Alienações/baixas	110	435	5.277	10.064	–	10.957	–	–	26.843
Saldo em 31/12/2021	(12.599)	(25.876)	(7.028)	(10.439)	–	(13.337)	(1.218)	–	(70.497)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2020	3.751	14.570	2.085	6.873	667	15.786	636	6.662	51.030
Saldo em 31/12/2021	3.211	14.571	388	6.015	667	11.458	496	8.143	44.949
Taxas de depreciação – a.a.	24%	23%	30%	15%	–	16%	13%	–	–

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	15.628	33.143	23.998	30.087	1.253	52.623	1.714	173	158.619
Adições	116	2.880	153	6	–	1.126	–	6.651	10.934
Transferências/reclassificações	221	960	–	1.011	–	93	–	(13)	2.272
Alienações/baixas	(131)	(87)	(10.626)	(4.839)	(586)	(15.073)	–	(149)	(31.491)
Saldo em 31/12/2020	15.834	36.896	13.525	26.267	667	38.769	1.714	6.662	140.334
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2019	(11.506)	(18.274)	(19.447)	(20.042)	–	(31.552)	(948)	–	(101.769)
Depreciações	(688)	(4.073)	(1.669)	(2.944)	–	(3.910)	(130)	–	(13.414)
Transferências/reclassificações	(6)	(42)	–	8	–	–	–	–	(40)
Alienações/baixas	117	63	9.676	3.584	–	12.479	–	–	25.919
Saldo em 31/12/2020	(12.083)	(22.326)	(11.440)	(19.394)	–	(22.983)	(1.078)	–	(89.304)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2019	4.122	14.869	4.551	10.045	1.253	21.071	766	173	56.850
Saldo em 31/12/2020	3.751	14.570	2.085	6.073	667	15.786	636	6.662	51.030
Taxas de depreciação – a.a.	24%	23%	30%	15%	–	16%	13%	–	–

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

13 Intangível e Infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

	Controladora			
	Software	Infraestrutura em construção	Total	
Custo do intangível				
Saldo em 31/12/2020	71.435	–	7.358	78.793
Adições	3.771	–	17.965	21.736
Transferências/Reclassificações (*)	5.332	–	(5.332)	–
Saldo em 31/12/2021	80.538	–	19.991	100.529
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2020	–	(42.795)	–	(42.795)
Amortizações	(11.003)	–	–	(11.003)
Transferências/reclassificações	(53.798)	–	–	(53.798)
Saldo em 31/12/2021	–	–	–	–
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2020	28.640	–	7.358	35.998
Saldo em 31/12/2021	26.740	–	19.991	46.731
Taxas de amortização – a.a.	20%	–	–	–

	Controladora			
	Software	Infraestrutura em construção	Total	
Custo do intangível				
Saldo em 31/12/2019	59.796	–	10.699	70.495
Adições	588	–	11.545	12.113
Transferências/Reclassificações (*)	12.800	–	(14.886)	(2.086)
Alienações/baixas	(1.729)	–	(1.729)	–
Saldo em 31/12/2020	71.435	–	7.358	78.793
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2019	(31.223)	–	(31.223)	–
Amortizações	(12.650)	–	(12.650)	–
Transferências/reclassificações	40	–	40	–
Alienações/baixas	1.038	–	1.038	–
Saldo em 31/12/2020	(42.795)	–	(42.795)	–
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2019	28.573	–	10.699	39.272
Saldo em 31/12/2020	28.640	–	7.358	35.998
Taxas de amortização – a.a.	20%	–	–	–

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. Os saldos de infraestrutura em construção se referem a softwares em desenvolvimento.

	Consolidado								
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da concessão (c)	Direito de exploração (d)	Software (g)	Adiantamento fornecedores (e)	Total do intangível (f)	Infraestrutura em construção (h)	Total
Saldo em 31/12/2020	16.112.985	1.853.513	130.144	–	113.701	14.890	18.225.233	2.348.480	20.573.713
Adições	629.162	–	–	–	9.668	71.237	710.067	1.102.164	1.812.231
Transferências/reclassificações (*)	475.885	–	–	–	4.725	(39.987)	440.623	(441.731)	(1.108)
Alienações/baixas	(7.165)	–	–	–	(3.013)	(166)	(10.344)	–	(10.344)
Redução ao valor recuperável (h)	(27.826)	–	–	–	–	–	(27.826)	–	(27.826)
Saldo em 31/12/2021	17.183.041	1.853.513	130.144	–	125.081	45.974	19.337.753	3.008.913	22.346.666
Amortização acumulada									
Saldo em 31/12/2020	(6.303.757)	(426.679)	(116.779)	–	(71.403)	–	(6.918.618)	–	(6.918.618)
Amortizações	(868.040)	(53.820)	(2.433)	–	(14.505)	–	(938.798)	–	(938.798)
Alienações/baixas	3.456	–	–	–	3.013	–	6.469	–	6.469
Saldo em 31/12/2021	(7.168.341)	(480.499)	(119.212)	–	(82.895)	–	(7.850.947)	–	(7.850.947)
Intangível líquido									
Saldo em 31/12/2020	9.809.228	1.426.834	13.365	–	42.298	14.890	11.306.615	2.348.480	13.655.095
Saldo em 31/12/2021	10.014.700	1.373.014	10.932	–	42.186	45.974	11.486.806	3.008.913	14.495.719
Taxas de amortização – a.a. (f)	6%	4%	5%	7%	19%	–	–	–	–

	Consolidado								
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da concessão (c)	Direito de exploração (d)	Software (g)	Adiantamento fornecedores (e)	Total do intangível (f)	Infraestrutura em construção (h)	Total
Saldo em 31/12/2019	15.312.134	1.853.513	130.144	12.941	97.085	19.244	17.425.061	1.941.216	19.366.277
Adições	516.582	–	–	–	5.386	3.471	525.439	704.710	1.230.149
Transferências/reclassificações(*)	289.477	–	–	–	12.965	(7.268)	295.174	(297.446)	(2.272)
Alienações/baixas	(5.208)	–	–	(12.941)	(1.735)	(557)	(20.344)	–	(20.441)
Saldo em 31/12/2020	16.112.985	1.853.513	130.144	–	113.701	14.890	18.225.233	2.348.480	20.573.713
Amortização acumulada									
Saldo em 31/12/2019	(5.480.707)	(373.320)	(114.346)	(11.037)	(56.349)	–	(6.035.759)	–	(6.035.759)
Amortizações	(825.097)	(53.359)	(2.433)	(82)	(16.132)	–	(897.103)	–	(897.103)
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	40	–	40	–	40
Alienações/baixas	2.047	–	–	11.119	1.038	–	14.204	–	14.204
Saldo em 31/12/2020	(6.303.757)	(426.679)	(116.779)	–	(71.403)	–	(6.918.618)	–	(6.918.618)
Intangível líquido									
Saldo em 31/12/2019	9.831.427	1.480.193	15.798	1.904	40.736	19.244	11.389.302	1.941.216	13.330.518
Saldo em 31/12/2020	9.809.228	1.426.834	13.365	–	42.298	14.890	11.306.615	2.348.480	13.655.095
Taxas de amortização – a.a. (f)	6%	4%	5%	7%	19%	–	–	–	–

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris capitalizou o montante de R\$186.133 (R\$95.285 em 31 de dezembro de 2020) referente a custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte dos intangíveis e infraestrutura em construção. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2021 foi de 5,44% e em 2020 5,13%, do total de juros provisionados no período. (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 20. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaíse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras. (e) Adiantamento de fornecedores e infraestrutura em construção, referem-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos. Sendo como principal natureza a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arcação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras. (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. (g) Refere-se a renovação de licenças da Microsoft Windows e Office para todas as empresas do Grupo Arteris. (h) Em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas projeções de fluxos de caixas futuros, o qual indicou a necessidade de registro de uma provisão para desvalorização de ativos, motivando a realização de uma provisão de redução ao valor recuperável. **Análise de impairment:** A Sociedade efetuou teste de impairment durante os anos de 2021 e 2020 para todas suas controladas que apresentaram algum indicio de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, para cada uma das concessionárias que tenham apresentado tais indícios, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis, exceto para a Autopista Fluminense. Para a Fluminense, o valor contábil da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2021 era maior que o seu valor recuperável e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável no valor R\$27.826 foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada à linha "Provisão para redução ao valor recuperável de ativos" e foi incluída em "Despesas Operacionais", embora, ressalte-se, tal efeito não represente nenhum efeito "caixa". Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa das sociedades são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários; 3,83% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% de 2024 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,5 % (2020: 7,73%). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

14 Empréstimos e Financiamentos

As movimentações de empréstimos e financiamentos são como segue:

	Controladora								
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2021	31/12/2020	
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 0,9550% a.a.	mar-22	Sem garantia	279.605	–	
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 1,56% a.a.	mar-21	Sem garantia	–	260.735	
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 1,1975% a.a.	set-21	Sem garantia	–	260.547	
			Total				279.605	521.282	
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31/12/2021	31/12/2020	
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 0,9550% a.a.	mar-22	Sem garantia	279.605	–	
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 1,56% a.a.	mar-21	Sem garantia	–	260.735	
(b)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 1,1975% a.a.	set-21	Sem garantia	–	260.547	
(c)	Intervias	Real	Promissória	CDI + 3,5% a.a.	abr-21	Sem garantia	–	207.975	
			Subtotal				279.605	729.257	
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez-25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	150.781	189.831	
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar-27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	32.929	37.905	
(a)	Planalto Sul								



Arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Saldo em inicial	14.161	1.643.840	1.658.001	21.452	1.629.081	1.650.533
Captações/Revoluções	-	-	-	-	1.454.000	1.454.000
Juros provisionados	102.374	67.214	169.588	79.295	14.982	94.277
Amortização de principal	(78.933)	-	(78.933)	(964.832)	(492.247)	(1.457.079)
Pagamento de juros	(78.933)	-	(78.933)	(83.730)	-	(83.730)
Transferência	2	(2)	-	961.976	(961.976)	-
	37.604	1.711.052	1.748.656	14.171	1.643.840	1.658.001
Custo de transação	(5.890)	(17.085)	(22.975)	(5.235)	(19.746)	(24.981)
Saldo final	31.714	1.693.967	1.725.681	8.926	1.624.094	1.633.020

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Saldo em inicial	225.326	4.928.769	5.154.095	268.871	4.960.658	5.229.529
Captações/Revoluções	-	3.050.000	3.050.000	-	1.454.000	1.454.000
Juros provisionados	318.376	326.561	644.937	155.692	171.815	327.507
Amortização de principal	(681.288)	-	(681.288)	(1.201.806)	(492.247)	(1.694.053)
Pagamento de juros	(229.851)	(14.767)	(244.618)	(162.888)	-	(162.888)
Transferência	839.424	(839.424)	-	1.165.457	(1.165.457)	-
	471.987	7.451.139	7.923.126	225.326	4.928.769	5.154.095
Custo de transação	(24.205)	(143.904)	(168.109)	(14.459)	(82.597)	(97.056)
Saldo final	447.782	7.307.235	7.755.017	210.867	4.846.172	5.057.039

Em 12 de novembro de 2021, a Litoral Sul quitou o saldo de R\$566.743 referente a 9ª emissão de debêntures públicas, no valor nominal de R\$550.000 com juros remuneratórios a 1,62% do CDI. As debêntures da 5ª, 7ª e 8ª emissões da Intervias, não possuem garantias. As debêntures da 1ª e 2ª séries da 9ª emissão da Sociedade não possuem garantias, já as debêntures da 1ª e 3ª séries da 9ª emissão são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações; 2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias. As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por: 1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora; 2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora; 3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. As debêntures da 2ª emissão da ViaPaulista são garantidas por: 1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A. As debêntures da 1ª e 2ª séries da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Autopista Régis Bittencourt; 2. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Autopista Régis Bittencourt; 3. Direitos Emergentes da concessão. As debêntures da 10ª emissão da Litoral Sul são garantidas por: 1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas brutas dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	-	457.687
2024	458.696	1.101.435
2025	473.600	1.306.111
2026	334.667	965.153
Após 2026	444.089	3.620.753
Total	1.711.052	7.451.139

As debêntures de emissão da Sociedade, assim como as de emissão de suas controladas, contêm cláusulas restritivas, que caso não cumpridas, podem ensejar em vencimento antecipado conforme estipulado nas cláusulas das escrituras de emissão de cada uma dessas emissões, as quais estão devidamente arquivadas na CVM. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade e suas controladas, estão adimplentes em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures. As escrituras de emissão da 5ª e 9ª emissão de debêntures da Controladora possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

(a) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Divida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA Ajustado consolidado} - \text{Ônus fixo pago consolidado}}$$

Onde: (i) Divida Líquida consolidada = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades; (ii) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(iii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações. E exclusivamente para a 5ª emissão de debêntures: (a) Apresentar trimestralmente, índice de cobertura de despesa financeira consolidado maior ou igual a 1,3, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Cobertura despesa financeira} = \frac{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Ônus fixo pago consolidado}}{\text{Despesas Financeiras}}$$

Onde: (i) EBITDA Ajustado consolidado = lucro (prejuízo) líquido consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(ii) Ônus Fixo Pago consolidado = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo consolidado, deduzidos os pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito da Rodovia dos Calçados e pagamentos realizados ao poder concedente no âmbito de leilões de novas licitações. (iii) Despesas Financeiras = o conjunto das despesas financeiras consolidadas, conforme indicado nas demonstrações contábeis consolidadas. As escrituras de emissão da 5ª e 7ª emissão de debêntures da Intervias, da 2ª emissão da ViaPaulista, da 2ª emissão da Autopista Planalto Sul, da 4ª emissão da Autopista Fernão Dias, da 8ª emissão da Autopista Régis Bittencourt e da 10ª emissão da Litoral Sul possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Autopista Planalto Sul e Autopista Fernão Dias

Possuem as mesmas cláusulas restritivas dos contratos com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Empréstimos e Financiamentos. **Intervias**

(b) Apresentar trimestralmente, índice de alavancagem menor ou igual a 3,5, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Divida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Ônus fixo pago}}$$

Onde: (i) Divida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades; (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo. (c) Apresentar trimestralmente, índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Divida Curto Prazo}}$$

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Divida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. **ViaPaulista**

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) Geração de Caixa da Atividade = EBITDA

(ii) Serviço da Dívida = (+) Amortização de principal (+) Lucro líquido (+) Despesa/receita financeira líquida (+) Depreciações e amortizações (+) Provisão para imposto de renda e contribuição social (+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

(-)- Imposto de renda (-) Contribuição social

(+) Pagamentos de juros

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20%, (vinte por cento). (c) A Arteris S.A. na condição de fiduciária, deve apresentar trimestralmente índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 4,5 o qual é calculado de acordo com a fórmula exposta na seção das debêntures da Controladora. **Autopista Régis Bittencourt**

1. Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

(ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD

(iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto

(b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). 2. A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Divida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde: (i) Divida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades. (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. **Autopista Litoral Sul**

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) a Sociedade estiver em mora com relação a qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures; (b) a relação entre "Patrimônio Líquido" e "Ativo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). (c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será acompanhado trimestralmente e calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Divida Curto Prazo}}$$

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Divida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. **ViaPaulista**

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Divida Curto Prazo}}$$

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Divida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. **ViaPaulista**

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Divida Curto Prazo}}$$

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Divida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. **ViaPaulista**

Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,20, o qual é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Divida Curto Prazo}}$$

Onde: (i) Disponibilidades = saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(ii) FCAO = Fluxo de Caixa de Atividade Operacionais apresentado no fluxo de caixa indireto da Emissora dos últimos 12 (doze) meses

(iii) Divida Curto Prazo = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração. **ViaPaulista**

ICSD = (EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX) / Serviço da Dívida

Onde: (i) EBITDA (Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. Ressalvado, entretanto, o pagamento no montante de R\$415.000 devido pela Sociedade à acionista ou o pagamento de dividendo legal obrigatório, ainda sob a forma de juros sob capital próprio, previsto no Estatuto Social da Sociedade. (d) a Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Divida Líquida/EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a: 4,5 – entre 2021 e 2023

4,0 – em 2024
3,5 – em 2025
3,0 – em 2026
2,5 – em 2027

2,0 – entre 2028 e 2029
1,0 – entre 2030 e 2031

Onde: (i) Divida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa; e (ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade e suas controladas estão cumprindo as cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

17. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. Os saldos e transações realizadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

Ativo circulante

Contas a receber:
Autovias S.A. (a) 23 508 - -
Centrovias S.A. (a) 1.288 2.415 - -
Intervias S.A. (a) 3.774 2.997 - -
Vianorte S.A. (a) - 322 - -
Planalto Sul S.A. (a) 1.812 1.610 - -
Fluminense S.A. (a) 2.317 2.925 - -
Fernão Dias S.A. (a) 3.600 3.318 - -
Régis Bittencourt S.A. (a) 4.385 3.956 - -
Litoral Sul S.A. (a) 5.319 5.459 - -
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a) 58 402 - -
ViaPaulista S.A. (a) 960 5.899 - -

Outras partes relacionadas

Contas a receber:
PDC Participações S.A. 65 233 65 233

Contas a receber de partes relacionadas circulante 23.601 30.044 65 233

Juros sobre capital próprio:
Autovias S.A. (d) 7.257 7.257 - -
Centrovias S.A. (d) 6.231 6.231 - -
Intervias S.A. (d) 3.231 1.180 - -
Vianorte S.A. (d) 17.067 17.067 - -
Litoral Sul S.A. (d) 27.416 - - - -
Arteris Participações (d) 5.369 1.236 - -
ViaPaulista S.A. (d) - 1.884 - -
Juros sobre capital próprio a receber 66.571 34.855 - -

Dividendos a receber:
Autovias S.A. (d) 418 418 - -
Centrovias S.A. (d) 201 - - - -
Intervias S.A. (d) 13.631 - - - -
Vianorte S.A. (d) 89 - - - -
Arteris Participações (d) 10.090 - - - -
ViaPaulista S.A. (d) 949 2.574 - -
Dividendos a receber 25.378 2.992 - -
Total parte relacionada no ativo circulante 115.550 67.891 65 233

Ativo não circulante

Mútuos a receber:
Fluminense S.A. (b) - 297.357 - -
Litoral Sul S.A. (b) 676.154 644.116 - -

Debêntures a receber:
Planalto Sul S.A. (j) 168.581 85.145 - -
Fluminense S.A. (j) 887.874 467.000 - -
Fernão Dias S.A. (k) 152.739 60.494 - -
Litoral Sul S.A. (f) 876.002 930.463 - -

Créditos financeiros com controladas não circulante 2.761.350 2.484.575 - -

Total do ativo não circulante 2.761.350 2.484.575 - -

Passivo circulante

Contas a pagar:
Autovias S.A. (a) - 76 - -
Fernão Dias S.A. (a) 10 - - - -
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a) - 1 - - - -
ViaPaulista S.A. (a) 9 - - - -

Passivos com partes relacionadas circulante 19 77 - -

Debêntures a pagar:
Autovias S.A. (h) - 82.304 - -
Centrovias S.A. (i) - 43.987 - -
Intervias S.A. (g) - 524.637 - -

Empréstimos com partes relacionadas circulante - 650.928 - -

Total do passivo circulante 19 651.005 - -

Passivo não circulante

Mútuos a pagar:
Autovias S.A. (c) 46.944 56.721 - -
Centrovias S.A. (c) 101.213 96.393 - -
Vianorte S.A. (c) 123.861 129.711 - -

Debêntures a pagar:
Autovias S.A. (e) 125.442 37.320 - -
Centrovias S.A. (i) 117.263 67.968 - -
Intervias S.A. (g) 821.317 103.966 - -

Empréstimos partes relacionadas não circulante 1.336.040 492.079 - -

Total do passivo não circulante 1.336.040 492.079 - -



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2021		
	Fixa	Variável	Valor pago
Intervias	-	10.514	10.514
ViaPaulista	-	14.578	14.578
Total	-	25.092	25.092
	31/12/2020		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	-	7	7
Centrovias	-	5.684	5.684
Intervias	800	8.776	9.576
ViaPaulista	-	13.509	13.509
Total	800	27.976	28.776

21 Provisões

a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios**
A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve movimentações para a controladora.

	Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2021
Cíveis	37.516	30.123	(13.809)	(17.983)	3.268	39.115
Trabalhistas	13.167	15.030	(8.274)	(10.554)	-	9.369
Regulatório	63.005	10.206	(8.979)	(2.625)	4.865	66.472
Fiscal	-	356	(213)	(27)	-	116
Total	113.688	55.715	(31.275)	(31.189)	8.133	115.072

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2020
Cíveis	33.739	23.194	(5.021)	(14.396)	-	37.516
Trabalhistas	15.807	15.551	(9.521)	(8.670)	-	13.167
Regulatório	59.491	4.385	(2.977)	(4.477)	2.553	63.005
Total	109.037	43.130	(17.519)	(23.513)	2.553	113.688

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$66.472 (R\$63.005 em 31 de dezembro de 2020). Existem ainda outros processos regulatórios com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$95.306 (R\$85.684 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2021	31/12/2020			
Cíveis (*)	50.392	45.006			
Trabalhistas	6.660	6.320			
Ambiental	4.867	3.079			
Fiscal	20.184	12.085			
Total	82.103	66.490			

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis advêm em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Em 31 de dezembro de 2021 os depósitos judiciais de R\$8.341 e R\$96.832, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, (R\$8.463 e R\$102.849, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no Consolidado onde o montante de R\$1.469 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelo Grupo Arteris. O saldo referente aos depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora é composto da seguinte forma:

Depósitos Judiciais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Auto infração	-	-	667	852
Desapropriação	-	-	-	1.034
Cível	2.411	2.410	84.810	87.318
Trabalhista	28	37	4.908	7.041
Fiscal	5.902	6.016	6.447	6.604
Total	8.341	8.463	96.832	102.849

b) **Provisão para manutenção**

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e de 3,66% a.a. em 31 de dezembro de 2020, considerando os valores da próxima intervenção de acordo com o contrato de concessão, para as federais temos ciclos de 4 anos, estaduais de 6 anos e especificamente para a ViaPaulista os ciclos são de 5 anos.

c) **Provisão para investimentos**

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

Provisões	Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Total
	Investi-mentos em rodovia	Manuten-ção em rodovia	Investi-mentos em rodovia	Manuten-ção em rodovia	
Saldo em 31/12/2020	80.664	285.884	124.656	236.584	205.320
Adições/Reversões	-	53.242	8.576	189.854	8.576
Utilizações	(1.024)	(306.448)	-	-	(1.024)
Ajuste a valor presente	1.433	8.660	7.985	14.550	23.210
Transferências	14.248	177.484	(14.248)	(177.484)	-
Saldo em 31/12/2021	95.321	218.822	126.969	263.504	222.290

Provisões	Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Total
	Investi-mentos em rodovia	Manuten-ção em rodovia	Investi-mentos em rodovia	Manuten-ção em rodovia	
Saldo em 31/12/2019	76.609	255.918	140.577	157.951	217.186
Adições/Reversões	-	147.347	(20.153)	206.744	(358)
Utilizações	(358)	(270.640)	-	-	(270.640)
Ajuste a valor presente	-	10.444	8.645	14.704	8.645
Transferências	4.413	142.815	(4.413)	(142.815)	-
Saldo em 31/12/2020	80.664	285.884	124.656	236.584	205.320

22 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.353.848 (R\$5.103.848 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 760.338.900 (731.481.274 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias sem valor nominal. Em 21 de setembro de 2021 foi aprovado aumento de capital através de AGE no valor de R\$250.000 com emissão de 28.857.626 ações novas após ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas em moeda corrente nacional.

Reserva legal e retenção de lucros – Controladora
O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Ajuste do patrimônio líquido – Controladora
O valor de R\$22.271 representa o ajuste do patrimônio líquido efetuado na Sociedade por variação cambial capitalizada.

Distribuição de dividendos – Controladora
O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 20 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

23 Receitas

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	2.935.650	2.665.122
Receita de serviços de construção	1.552.256	1.141.885
Outras receitas	53.168	47.814
	4.540.074	3.854.821
Deduções:		
ISSQN	(147.824)	(134.836)
PIS	(19.410)	(16.594)
COFINS	(89.585)	(76.295)
Outras deduções	(2.666)	(1.477)
Receita líquida	(259.485)	(229.202)

24 Custos e Despesas Administrativas por Natureza

Estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Custos:		
Com pessoal	(189.488)	(162.003)
Serviços de terceiros	(139.509)	(158.154)
Conservação	(145.504)	(128.998)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(16.483)	(16.209)
Consumo	(34.541)	(33.124)
Transportes	(30.848)	(27.306)
Verba de fiscalização	(71.132)	(67.453)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.759)	654
Ongus/Garantias	(18.928)	(21.803)
Ônus variável	(25.393)	(27.456)
Provisão de manutenção em rodovias	(243.096)	(354.091)
Custos de serviços da construção	(1.141.885)	-
Depreciação/Amortização	(905.103)	(876.573)
Amortização da Outorga	(53.200)	(53.358)
Outros	(5.090)	1.197
Total	(3.439.950)	(3.066.562)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(1.011)	2.841	(102.634)	(89.498)
Serviços de terceiros	(4.528)	1.255	(23.638)	(23.830)
Manutenção de bens e conservação	2	(2)	(11.805)	(13.778)
Consumo	(15)	(22)	(10.124)	(9.090)
Transportes	7	(5)	(513)	(506)
Seguros/Garantias	(29)	(20)	(300)	(598)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-	-	(22.004)	(24.712)
Comunicação e marketing	-	(3)	(2.875)	(2.126)
Indenizações a terceiros	-	-	(513)	(2.681)
Publicações legais	-	-	(2.204)	(2.141)
Depreciação/Amortização	(17.067)	(17.714)	(23.666)	(22.001)
Outros	2	(100)	(7.184)	(8.824)
Total	(22.639)	(13.770)	(207.460)	(199.785)

25 Resultado Financeiro

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Juros ativos	152.730	89.660	-	-
Aplicações financeiras	5.773	6.574	65.780	19.311
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	21	59
Créditos fiscais (a)	910	1.165	2.162	39.392
Atualização monetária dos processos regulatórios	-	-	-	1.001
Outras receitas	-	-	1.613	642
Total	159.413	97.399	69.576	60.405

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(254.338)	(156.541)	(719.286)	(449.862)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	-	(3)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.296)	(2.367)	(47.258)	(39.644)
Outras despesas	(21.421)	(9.501)	(69.589)	(41.103)
Total	(280.055)	(168.409)	(836.133)	(530.612)

Outros resultados financeiros líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial líquida	(26.886)	(63.293)	(27.192)	(63.896)
Operações de swap líquidas	5.374	58.261	5.374	58.261
Ajustes a valor de mercado de derivativos líquidos	5.153	(6.422)	5.153	(6.422)
Total	(16.359)	(11.454)	(16.665)	(12.057)

Encargos financeiros (*)
(a) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e COFINS. A partir de 01/07/2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto nº 8.426, de 1º de Abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB nº 1731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos. (*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$905.420, o montante de R\$186.134 foi capitalizado (R\$545.148 e R\$95.286 em 31 de dezembro de 2020) e reconhecido como adição de intangível na demonstração dos fluxos de caixa de investimento – Consolidado.

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa
A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção	1.812.231	1.230.149
Total das adições de imobilizado	8.149	10.934
Juros capitalizados – Mútuos e Debêntures privadas	(35.295)	(36.925)
Juros capitalizados – financiamentos	(72.510)	(46.795)
Juros capitalizados – debêntures	(78.329)	(11.886)
Total	1.634.246	1.145.797

Aquisição (adições)
Depósitos judiciais para desapropriação
Fornecedores
Obrigações fiscais
Contas a pagar – partes relacionadas
Cações contratuais
Realização manutenção IFRIC 12 em rodovias
Reversão (provisão) para investimentos em rodovias

Total dos fluxos de caixa na compra de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Infraestrutura em construção	(1.807.545)	(1.385.633)
Fluxo de caixa imobilizado	(8.149)	(10.934)
Fluxo de caixa intangível	(1.799.396)	(1.374.699)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(1.807.545)	(1.385.633)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:	(173.299)	(239.836)

27 Prejuízo por Ação

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do prejuízo, prejuízo básico e diluído por ação:

||
||
||



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(152.086)	(183.608)	(215.131)	(120.563)
Receita de aplicações financeiras	12.522	15.652	18.783	9.391
Receita financeira de mútuo (*)	134.648	165.416	196.183	103.882
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(168.728)	(206.150)	(243.533)	(131.276)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(173.644)	(208.720)	(243.798)	(138.586)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(72.978)	(82.428)	(91.877)	(63.529)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(72.978)	(82.428)	(91.877)	(63.529)
Juros a incorrer líquido	(246.622)	(291.148)	(335.675)	(202.095)

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(446.343)	(545.708)	(645.074)	(303.979)
Receita de aplicações financeiras	220.457	275.568	330.684	165.244
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(425.833)	(515.265)	(604.693)	(293.505)
TJLP	6,08%	7,60%	9,12%	4,56%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(86.430)	(102.071)	(117.713)	(67.788)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(86.430)	(102.071)	(117.713)	(67.788)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(159.475)	(182.112)	(204.749)	(136.840)
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(301.135)	(356.060)	(410.941)	(246.211)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(460.610)	(538.172)	(615.690)	(383.051)
Juros a incorrer líquido	(972.873)	(1.155.508)	(1.338.096)	(744.344)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de outubro de 2021, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo Arteris incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição do Grupo Arteris ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias o Grupo Arteris interromper a prestação de serviços em casos de inadimplimentos. Em 31 de dezembro de 2021 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$162.867 (R\$138.755 em 31 de dezembro de 2020) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (“Sem Parar”), Dtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica “Contas a receber”. As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. d) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris. O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Capital de giro	10,51%	279.605	298.470	298.470	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	9,10%	41.740	98.016	6.640	6.516	3.947	3.947	76.966
Partes relacionadas	10,88%	1.336.040	1.481.360	–	370.340	370.340	370.340	–
Debêntures – CDI	10,88%	1.032.383	1.345.428	110.540	450.110	411.630	373.148	–
Debêntures – IPCA	15,01%	716.273	1.193.088	36.297	163.347	175.094	31.063	787.287
Fornecedores e caução contratuais	–	7.853	7.853	7.853	–	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	19	19	–	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	21.128	21.128	14.528	300	300	300	5.700
		3.435.041	4.445.362	474.347	990.613	961.311	778.798	1.240.293

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático	11,09%	2.020.118	2.720.952	327.392	395.504	351.034	230.354	1.416.678
Capital de giro	7,37%	279.605	309.071	309.071	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	8,56%	166.385	226.902	59.401	33.933	28.909	24.585	90.074
Debêntures – CDI	7,97%	4.915.790	4.045.885	547.531	912.194	897.582	959.238	729.340
Debêntures – IPCA	13,36%	2.758.073	5.093.300	188.496	385.625	509.846	338.322	3.671.011
Fornecedores e caução contratuais	–	269.686	258.910	245.923	12.987	–	–	–
Credores pela concessão	–	2.368	2.368	2.368	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	130.516	130.516	123.916	300	300	300	5.700
		10.542.541	12.787.904	1.804.088	1.740.543	1.787.671	1.552.799	5.902.803

30 Informações por Segmento De Negócio

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 – Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção civil e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2, nº 4 e nº 17. a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	31/12/2021					
	Concessão	Construção Civil	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
Receita líquida	4.288.590	19.074	4.307.664	–	(19.075)	4.288.589
Custos	(2.481.299)	(12.312)	(2.493.611)	–	12.584	(2.481.027)
Custos de depreciação/amortização	(958.130)	(794)	(958.924)	–	1	(958.923)
Lucro (prejuízo) bruto	849.161	5.968	855.129	–	(6.490)	848.639
Despesas gerais e administrativas	(207.023)	(8.033)	(215.056)	(5.705)	(2.267)	(211.618)
Despesas de depreciação/amortização	(7.016)	417	(6.599)	(17.067)	(34.134)	(23.666)
Outras (despesas) receitas operacionais	11.898	1.543	13.441	1.206	(212)	12.023
Receitas financeiras	140.099	2.065	142.164	169.940	107.879	80.103
Despesas financeiras	(787.719)	(121)	(787.840)	(280.055)	(328.348)	(836.133)
Varição cambial líquida	(306)	–	(306)	(26.886)	(53.772)	(27.192)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	(906)	1.839	933	(158.567)	(317.344)	(157.844)
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(108.841)	(405)	(109.246)	–	–	(109.246)
Diferidos	126.136	(17.613)	108.523	–	–	108.523
Lucro (prejuízo) do líquido do exercício	16.389	(16.179)	210	(158.567)	(317.344)	(158.567)

Resultado	31/12/2020					
	Concessão	Construção Civil	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
Receita líquida	3.625.620	63.177	3.688.797	–	(63.178)	3.625.619
Custos	(2.143.849)	(52.860)	(2.196.709)	–	60.078	(2.136.631)
Custos de depreciação/amortização	(925.195)	(4.737)	(929.932)	–	–	(929.931)
Lucro (prejuízo) bruto	556.576	5.800	562.376	–	(3.099)	559.057
Despesas gerais e administrativas	(182.605)	(5.936)	(188.541)	15.414	26.171	(177.784)
Despesas de depreciação/amortização	(3.448)	(839)	(4.287)	(17.714)	(35.428)	(22.001)
Outras (despesas) receitas operacionais	28.207	2.837	31.044	36.575	69.344	63.813
Receitas financeiras	101.969	385	102.354	155.660	171.972	118.866
Despesas financeiras	(501.094)	(86)	(501.180)	(174.831)	(210.685)	(537.034)
Varição cambial líquida	(604)	1	(603)	(63.293)	(126.586)	(63.896)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos	(999)	1.942	943	(48.189)	(108.311)	(59.179)
Imposto de renda e contribuição social:						
Correntes	(124.592)	(273)	(124.865)	–	–	(124.865)
Diferidos	135.855	–	135.855	–	–	135.855
Lucro (prejuízo) do líquido do exercício	10.264	1.669	11.933	(48.189)	(108.311)	(48.189)

Conselho de Administração

Marcos Pinto Almeida Presidente do Conselho	Henrique Carsalade Martins Conselheiro	Martí Carbonell Mascaro Conselheiro	Carlos Garcia Cabrera Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7
Francisco José Aljaro Navarro Conselheiro	Fernando Martinez Caro Conselheiro	Jordi Fernandez Montoli Conselheiro	Sergio Moniz Baretto Garcia Conselheiro	

Diretoria

Sergio Moniz Barreto Garcia Diretor Presidente	Simone Aparecida Borsato Diretora Financeira e de Relações com Investidores	Flavia Lucia Matlioli Tâmega Diretora Jurídica e Compliance	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade	Andre Giavina Bianchi Diretor de Operações	Flavio Dutra Doehler Diretor de Engenharia e Implantação	Roberto Paolini Diretor de Pessoas e Organização
--	---	---	--	--	--	--

Conselho Fiscal

Marcello Del Raso Alvarado Davis Conselheiro Efetivo	Gustavo Moraes Atensia Conselheiro Efetivo	Débora Nogueira Messias de Miranda Conselheiro Efetiva	Guillermo Alejandro Achury Garzón Conselheiro Suplente	Luiz Gustavo Rodrigues Pereira Conselheiro Suplente	Renato Guias Pereira Conselheiro Suplente
--	--	--	--	---	---

Parecer do Conselho Fiscal

Em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. (“Companhia”), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, por unanimidade **opinam favoravelmente** à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia).

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Arteris S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Arteris S.A. (“Grupo Arteris” ou “Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

b) Balanços por segmento

Ativos	31/12/2021					
	Concessão	Construção Civil	Total	Holding	Eliminações	Saldo consolidado
CIRCULANTES						
Caixa e equivalentes de caixa	1.393.202	44.455	1.437.657	(9.170)	(141.926)	1.304.901
Aplicações financeiras	218.158	3.829	221.987	72.775	(270.375)	418.587
Contas a receber	183.385	–	183.385	–	–	183.385
Aplicações financeiras vinculadas	14.710	–	14.710	–	–	14.710
Contas a receber partes relacionadas	6.710	–	6.710	115.550	108.905	65
Outros circulantes	42.089	4.866	46.955	43.369	87.787	91.373
Total circulante	1.858.254	53.150	1.911.404	222.524	325.141	2.014.021
NÃO CIRCULANTES						
Aplicações financeiras vinculadas	222.862	–	222.862	59.289	118.578	282.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	888.268	–	888.268	–	–	888.268
Outros não circulantes	1.524.151	1.399	1.525.550	9.582.601	8.298.511	241.460
Direito de uso – IFRS 16 (CPC06 (R2))	119.664	–	119.664	39.473	78.946	159.137
Imobilizado	33.890	149	34.039	10.910	21.820	44.949
Intangível	11.459.963	103	11.460.066	26.740	53.480	11.486.806
Infraestrutura em construção	2.988.922	–	2.988.922	19.991	39.982	3.008.913
Total não circulante	17.237.720	1.651	17.239.371	9.739.004	8.611.317	16.111.684
Total dos ativos	19.095.974	54.801	19.150.775	9.961.528	8.936.458	18.125.705



arteris

A vida em movimento

Arteris S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 02.919.555/0001-67

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

tação, ajustes materiais poderão ocorrer. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individual e consolidado:** Veja as notas explicativas 4.1.2, 4.8 e 13 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris reconheceu nas suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*); (i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso das UGCs estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso das UGCs, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização dos ativo fiscais diferidos – Consolidado: Veja as notas explicativas 3(ii), 4.10 e 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis consolidadas, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 1.013.080 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (*corporate finance*); (i) se o estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris (fluxo de caixa) são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizente com o orçamento aprovado; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico preparado pela administração do Grupo Arteris estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas,

por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reconhecimento dos custos capitalizados no ativo das concessões – Consolidado: Veja as notas explicativas 3(i), 4.11 e 13 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Arteris reconheceu o montante de R\$ 1.102.164 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos com ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração do Grupo Arteris exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a capitalização dos custos com melhorias ou ampliações de infraestrutura, realizadas pelo Grupo Arteris. – Testes documentais, em base amostral, nas adições relacionadas a infraestrutura em construção realizando a: (i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e (ii) validações das medições realizadas de acordo com o andamento das obras junto com a área de engenharia. – Avaliação, com base em amostra, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração, apresentação e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de

a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades e atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

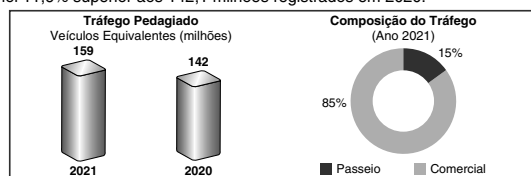
Ribeirão Preto, 23 de fevereiro de 2022.

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.666/F

Gustavo de Souza Mathiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8

Relatório da Administração

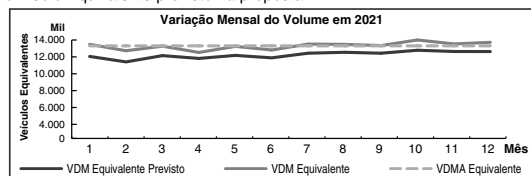
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia" ou "Autopista Régis Bittencourt"). Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Régis Bittencourt foi constituída em 2008, sendo que o contrato de concessão foi assinado com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008. A Autopista Régis Bittencourt iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeperica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariqueira-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em junho de 2021 a concessionária recebeu ofício com a 12ª Revisão Ordinária e 13ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 01 de julho de 2021, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$3,30 para R\$3,40 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2021, o tráfego pedagiado totalizou 158,7 milhões de veículos equivalentes nas seis praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi 11,6% superior aos 142,1 milhões registrados em 2020.



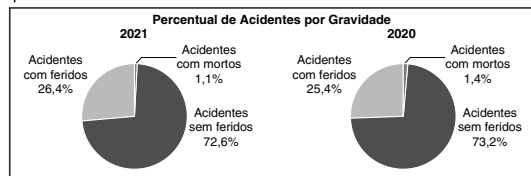
A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$692,8 milhões em 2021, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, apresentando um aumento de 18,7% sobre o obtido em 2020 de R\$583,8 milhões. A receita de pedágio aumentou 15,1%, passando de R\$462,3 milhões em 2020 para R\$532 milhões em 2021. Esse acréscimo é devido ao reajuste de 3% da tarifa de pedágio de R\$ 3,30 para R\$ 3,40 ocorrido no segundo semestre de 2021 adicionado a retomada do tráfego decorrente a finalização das medidas de isolamento social devido a pandemia COVID-19. Já a receita de obras registrou um aumento de R\$38,5 milhões ou 34,1%, passando de R\$112,7 milhões em 2020 para R\$151,2 milhões em 2021. Esse acréscimo acompanha o volume de obras da Companhia. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresentaram um aumento de R\$854 mil ou 9,8%, passando de R\$8,7 milhões em 2020 para R\$9,6 milhões no exercício de 2021. Este acréscimo é decorrente de reajustes através de IPCA nos contratos e novos contratos realizados em 2021. **Investimentos:** Durante o ano de 2021, foram investidos R\$157,5 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$105,5 milhões realizados em 2020, perfazem o montante de R\$263,0 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

	Investimentos – em R\$ milhões		
	2021	2020	Var. %
Ampliação da Rodovia	7,4	3,0	144,9%
Construção de Viaduto	1,3	0,7	74,8%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	78,1	46,0	69,8%
Outros Investimentos	70,7	55,7	26,8%
Total	157,5	105,5	49,2%

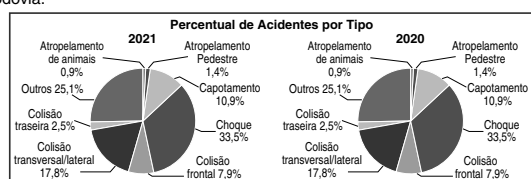
A concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais. Outras melhorias foram executadas na rodovia no ano de 2021, como a conclusão de 2 pontos de Sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/SC). **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária recebeu no exercício de 2019, um total de R\$1,7 bilhão oriundos de recursos emitidos através da 8ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas ao final de novembro, em duas séries, sendo a primeira totalizando R\$1 bilhão com vencimento final em junho de 2031, remunerada pelo IPCA + 4,5% a.a., já a segunda série totaliza R\$700 milhões e vencimento final em junho de 2027, remunerada pelo CDI + 0,86% a.a. **Valor Adicionado:** Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$197,8 milhões, representando 29% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 76,1% em relação a 2020, em que o valor adicionado foi de R\$112,3 milhões representando 19% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Em 2021 e 2020 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2021, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Companhia. **Recursos Humanos:** Em 2021, a Concessionária investiu R\$125 mil (R\$75 mil em 2020) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais – a) Caracterização do Tráfego – Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



b) Segurança no Tráfego – Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão – Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão		
Tipo de veículo	Quantidade	Qtd/100km
Viatura de inspeção	11	2,73
Motos de Inspeção	2	0,50
Guincho Leve	12	2,98
Guincho Pesado	7	1,74
Ambulância Simples	9	2,24
UTI	5	1,24
Balança Fixa	2	0,50
Caminhão Operacional	1	0,25
Caminhão Pipa	6	1,49
Total de veículos operacionais	55	13,66
Administração	40	9,94
Operação de Tráfego (Líderes e Supervisores)	10	2,48
Picape	3	0,75
Pedágio	2	0,50
Animal (carretinha)	4	0,99
Caminhão	1	0,25
Segurança de trabalho	3	0,75
Manutenção	6	1,49
Total de veículos de apoio	69	17,14
Total de veículos	124	30,80

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão		
Cargo	Quantidade	Qtd/100km
Analista de CCA Jr	4	0,09
Analista de Tráfego Jr	2	0,05
Analista de Tráfego Pl	1	0,02
Analista Operacional Jr	1	0,02
Analista Operacional Pl	2	0,05
Assistente de CCA	1	0,02
Auxiliar de Serviços Gerais	4	0,09
Controlador de Balança I	10	0,23
Coordenador de Faixa de Domínio	1	0,02
Coordenador de Tráfego	1	0,02
Emprego	26	0,64
Gerente de Operações	1	0,02
Inspetor de Tráfego	49	1,13
Inspetor de Tráfego Motociclista	2	0,05
Médico	34	0,78
Motorista II	4	0,09
Operador de Balança	16	0,37
Operador de CCA	7	0,16
Operador de CCO	18	0,41
Operador de Guincho	50	1,15
Operador de Guincho Pesado	34	0,78
Operador de Pipa	24	0,55
Socorrista	153	3,52
Supervisor de Cca	2	0,02
Supervisor de Tráfego	2	0,02
Total Tráfego	448	10,30
Assistente de Pedágio	2	0,05
Operador de Pedágio	212	4,87
Controlador de Pedágio I	24	0,55
Total Arrecadação	238	5,47
Total	686	15,77

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)	Em 2021	Acumulada
Receita	692.757	7.461.940

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)	Em 2021	Acumulada
Investimentos	157.488	3.724.934

Custos Operacionais (em R\$ mil)	Em 2021	Acumulada
Custos Operacionais	518.149	5.935.461

Os custos operacionais da Companhia totalizaram R\$518,1 milhões em 2021, ante R\$484,9 milhões em 2020, aumento de 6,9%. A maior parte desta variação refere-se a custos de serviços de construção, devido a realização de obras. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$137,5 milhões em 2021, um aumento de 8,1% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$127,2 milhões. A principal causa dessa variação foi o aumento nos custos de pessoal. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)	Em 2021	Acumulada
ISS	33.655	322.628

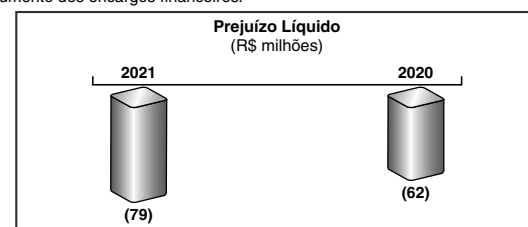
Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)	2021	2020	Var %
Receita Operacional Líquida	645.506	543.818	18,7%
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(325.061)	(296.467)	9,6%
EBITDA 1	320.445	247.351	29,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	36.348	56.524	-35,7%
EBITDA Ajustado 2	356.793	303.875	17,4%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. 2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)	2021	2020	Var %
Dívida Bruta	(1.887.509)	(1.785.104)	5,7%
Curto Prazo	(92.811)	(143.501)	-35,3%
Longo Prazo	(1.794.698)	(1.641.603)	9,3%

Posição de Caixa	2021	2020	Var %
Caixa e equivalentes de Caixa	10.064	75.168	-86,6%
Aplicações financeiras vinculadas 1	18.508	7.211	156,7%
Dívida Líquida	(1.858.937)	(1.702.725)	9,2%

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, estão sendo captados recursos de longo prazo no Brasil, compatíveis com o empreendimento rodoviário. **Prejuízo Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de 2021 com prejuízo líquido de R\$78,9 milhões, um aumento de R\$16,5 milhões frente aos R\$62,4 registrados no exercício de 2020. Essa variação deriva principalmente do aumento dos encargos financeiros.



Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 – São Lourenço da Serra	bidirecional	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P2 – Miracatu		3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P3 – Juquiá		3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P4 – Cajati		3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P5 – Barra do Turvo		3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P6 – Campina Grande do Sul		3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70

Tabela – Rodovias		Unidade de medida ou comentário
Dados anuais 2021		
Quilômetros de rodovia	402,6 quilômetros	
CAT-01		22.742.710
CAT-02		3.876.556
CAT-03		170.756
CAT-04		5.815.512
CAT-05		33.542
CAT-06		5.768.885
CAT-07		4.369.477
CAT-08		10.031.720
CAT-09		925.196
TOTAL		53.734.354

Tarifa	TABELA de CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 3,40			
Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica	
Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,40	
Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	6,80	
Automóvel semi-reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	5,10	
Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	10,20	
Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	6,80	
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	13,60	
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	17,00	
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	20,40	
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,70	

Número de quilômetros mantidos	402,6 quilômetros
Índice de congestionamento	Nível B

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária (em milhares)
	Jan	433.810
Fev	447.422	
Mar	425.211	
Abr	409.469	
Mai	424.376	
Jun	421.150	
Jul	434.836	
Ago	433.480	
Set	442.210	
Out	453.853	
Nov	450.052	
Dez	442.935	
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	434.900 em milhares

Equipas utilizadas pelo concessionário	Administrativo		Pavimentação	
	Jurídico	Comunicação	Obras	Projetos
	Responsabilidade Social	Meio Ambiente	Manutenção Tecnológica	Faixa de Domínio
	Conservação	Arrecadação	Segurança do Trabalho	Tráfego
	Centro de Controle Operacional			

Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-116 (SP)		
	Parâmetro	Ano 14	
		Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%	0%
Irregularidade Longitudinal	100%	0%	0%

Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-116 (PR)		
	Parâmetro	Ano 14	
		Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%	0%
Irregularidade Longitudinal	100%	0%	0%

Índices de qualidade de estrada	Rodovia: Acesso Norte Curitiba (PR)		
	Parâmetro	Ano 14	
		Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%	0%
Irregularidade Longitudinal	100%	0%	0%

Receita de pedágio	531.950 em R\$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	47.251 em R\$ mil

Fator Trabalho	
Número de Trabalhadores	525
Despesas de Pessoal	47.754 em R\$ mil

Fator Capital	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	28.572 em R\$ mil
Ativo Bruto	2.719.868 em R\$ mil
Série Hist	

... continuação do Relatório da Administração

	2021			2020		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	121	1%	0%	82	1%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde e saneamento	–	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	–	0%	0%	–	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	–	0%	0%	–	0%	0%
Outros (COVID – SAÚDE)	505	2%	0%	3.371	21%	1%
Total de contribuições à sociedade	626	3%	0%	3.452	21%	1%
Tributos (Exceto encargos sociais)	46.513	197%	7%	39.075	242%	7%
Total – Indicadores sociais externos	47.138	200%	7%	42.528	264%	8%
4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	464	2%	0%	400	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	464	2%	0%	400	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:		() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	544			549		
	14%	até seis meses		25%	até seis meses	
	10%	de seis meses a um ano		3%	de seis meses a um ano	
		entre um e dois anos			entre um e dois anos	
Tempo de serviço	28%	entre dois e cinco anos		16%	entre dois e cinco anos	
	23%	mais de cinco anos		19%	entre dois e cinco anos	
	24%	mais de cinco anos		37%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	135			168		
Nº de demissões durante o período	150			127		
Nº de colaboradores terceirizados	867			1.117		
Nº de estagiários (as)	–			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	12			–		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	82			104		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	356			354		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	94			91		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	271			319		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%			0,31%		
Remuneração paga a mulheres no período	4.854			6.509		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	15			23		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	16			24		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	45.056			108.874		
Total de horas extras pagas (valor)	821			1.399		
Total de INSS pagos	6.816			7.105		
Total de FGTS pago	1.416			1.395		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		
Totais dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	1.621			1.638		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	–			–		
Total de CSLL recolhido no período	–			–		
Total de PIS recolhidos no período	3.507			3.023		
Total de COFINS recolhidos no período	16.186			13.958		
Total de outros tributos recolhidos no período	19.435			23.180		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	41,15			42,16		
Número total de acidentes de trabalho	–			1		

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo Circulante	Nota explicativa	Nota		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Nota	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.064	75.168	Empréstimos	2		(580)
Aplicações financeiras	5	3.798	7.211	Debêntures	12	85.955	136.758
Contas a receber	6	33.408	30.110	Risco sacado	11	6.854	7.323
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	5	795	Fornecedores	13	14.531	16.855
Despesas antecipadas		1.848	1.918	Arrendamento mercantil a pagar	14	5.345	4.847
Impostos a recuperar		2.215	1.579	Obrigações sociais		4.893	5.374
Adiantamentos a fornecedor		1	160	Obrigações fiscais		5.203	5.532
Aplicações financeiras vinculadas		14.710	–	Contas a pagar – partes relacionadas	15	8.174	4.739
Outros créditos		537	794	Cauções contratuais	13	15.248	14.530
Total dos ativos circulantes		66.586	117.735	Taxa de fiscalização		1.460	1.391
Não Circulante				Provisão para manutenção em rodovias	17.b	28.028	64.326
Despesas antecipadas		3.683	4.081	Provisão para investimentos em rodovias	17.c	1.399	1.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	110.546	70.516	Outras contas a pagar		15.475	8.121
Depósitos judiciais	17	847	2.122	Total dos passivos circulantes		192.567	270.615
Outras contas a receber	6	3.937	3.934	Não Circulante			
Realizável a longo prazo		119.013	80.653	Debêntures	12	1.794.698	1.641.603
Direito de uso	8	18.432	18.432	Arrendamento mercantil a pagar	14	13.876	13.941
Imobilizado	9	3.227	4.027	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.a	5.666	6.580
Intangível	10	2.466.380	2.539.937	Provisão para manutenção em rodovias	17.b	29.711	32.865
Infraestrutura em construção	10	46.230	31.581	Total dos passivos não circulantes		1.843.951	1.694.989
		2.534.269	2.593.977	Patrimônio Líquido			
		2.653.282	2.674.630	Capital social	18	892.785	957.285
				Prejuízos acumulados		(209.435)	(130.524)
				Total do patrimônio líquido		683.350	826.761
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.719.868	2.792.365
Total do Ativo		2.719.868	2.792.365				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	Nota explicativa	Subscrito	A integralizar	Capital social integralizado	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Prejuízo líquido do exercício		1.175.785		(13.500)		(78.657)	1.094.158
Aumento (Redução) de capital					10.530	(62.397)	(62.397)
Destinações do prejuízo líquido:		(205.000)		(205.000)			(205.000)
Absorção de prejuízo com reserva legal		–	–	–	(10.530)	10.530	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		970.785	(13.500)	957.285	–	(130.524)	826.761
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(78.911)	(78.911)
Aumento (Redução) de capital	18	(78.000)	13.500	(64.500)	–	(64.500)	(64.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		892.785	–	892.785	–	(209.435)	683.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Nota		Obrigações sociais	Nota explicativa	Nota	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo líquido do exercício		(78.911)	(62.397)	Obrigações fiscais		(481)	(559)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	17.a	(3.582)	(2.871)
Depreciações e amortizações		221.227	212.254	Taxa de fiscalização		69	45
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos		5	1.349	Custo de transação – empréstimo		7.358	5.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(40.030)	(31.887)	Pagamento de juros	12	(52.179)	–
Baixa de ativos por direito de uso		(63)	15.445	Outras contas a pagar		7.354	(7.686)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(12)	(94)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		300.458	306.546
Juros e variações monetárias de debêntures		208.282	116.736	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	21	5.112	5.638	Aquisições de itens do ativo imobilizado		(198)	(463)
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.a	2.602	3.244	Aquisições de itens do intangível		(218.798)	(162.657)
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.a	66	–	Aplicação financeira vinculada		(131.170)	(68)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	17.b	36.348	56.524	Valor resgatado das aplicações vinculadas		116.472	26.401
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				Aplicação financeira		3.413	52.460
Contas a receber		(3.301)	(2.870)	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(230.281)	(84.327)
Contas a receber – partes relacionadas		790	(707)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Despesas antecipadas		468	2.559	Empréstimos e financiamentos:			
Impostos a recuperar		(636)	3.867	Captação risco sacado	11	80.091	45.293
Outros créditos		257	(394)	Pagamento risco sacado	11	(80.552)	(39.248)
Depósitos judiciais		1.275	(1.099)	Pagamento arrendamento mercantil		(6.027)	(24.289)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				Pagamentos debêntures – principal	12	(64.293)	–
Fornecedores		(12.417)	(4.630)	Aumento de Capital		25.500	–
Fornecedores – partes relacionadas		3.085	1.786	Devolução de capital social	18	(90.000)	(205.000)
Cauções contratuais de fornecedores		(1.018)	(344)	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento (Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(135.281)	(223.244)
				Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		(65.104)	(1.025)
				Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		75.168	76.193
						10.064	75.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226, Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris”). A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a holding não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma Sociedade brasileira holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”), a Autopista Régis Bittencourt tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia, • 30 km de terceira faixa, • 55 km de vias laterais, • 26,4 km de variantes/corredores, • Construção de 51 passarelas, • Construção de 6 praças de pedágio, • Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSOs, • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem, • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e

serviços, que garantam o equilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2021 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$94.202 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco de variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir

	2021		2020	
	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos os colaboradores (X) não se aplica
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos os colaboradores (X) não se aplica
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva

Arteris

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

9. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	–	9.794
Adições	–	90	–	–	–	108	198
Alienações/baixas	(5)	–	–	–	(8)	–	(13)
Saldo em 31/12/2021	<u>1.038</u>	<u>2.564</u>	<u>611</u>	<u>1.175</u>	<u>4.483</u>	<u>108</u>	<u>9.979</u>
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(842)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	–	(5.767)
Depreciações	(47)	(341)	(120)	(116)	(372)	–	(996)
Alienações/baixas	5	–	–	–	6	–	–
Saldo em 31/12/2021	<u>(884)</u>	<u>(1.734)</u>	<u>(558)</u>	<u>(824)</u>	<u>(2.752)</u>	<u>–</u>	<u>(6.752)</u>
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2020	201	1.081	173	467	2.105	–	4.027
Saldo em 31/12/2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	–	–

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2019	1.006	2.152	626	1.175	4.413	–	9.372
Adições	37	322	–	–	104	–	463
Alienações/baixas	–	–	(15)	–	(26)	–	(41)
Saldo em 31/12/2020	<u>1.043</u>	<u>2.474</u>	<u>611</u>	<u>1.175</u>	<u>4.491</u>	<u>–</u>	<u>9.794</u>
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2019	(781)	(1.081)	(287)	(591)	(2.003)	–	(4.743)
Depreciações	(61)	(312)	(162)	(117)	(400)	–	(1.052)
Alienações/baixas	–	–	11	–	17	–	–
Saldo em 31/12/2020	<u>(842)</u>	<u>(1.393)</u>	<u>(438)</u>	<u>(708)</u>	<u>(2.386)</u>	<u>–</u>	<u>(5.767)</u>
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2019	225	1.071	339	584	2.410	–	4.629
Saldo em 31/12/2020	201	1.081	173	467	2.105	–	4.027
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	–	–

10. Intangível e Infraestrutura em construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2020	3.507.617	5.430	700	3.513.747	31.581	3.545.328
Adições	131.077	696	93	131.866	23.758	155.624
Transferências/reclassificações	9.202	–	(93)	9.109	(9.109)	–
Alienações/baixas	(5)	–	–	(5)	–	(5)
Saldo em 31/12/2021	<u>3.647.891</u>	<u>6.126</u>	<u>700</u>	<u>3.654.717</u>	<u>46.230</u>	<u>3.700.947</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2020	(971.181)	(2.629)	–	(973.810)	–	(973.810)
Amortizações	(213.920)	(609)	–	(214.529)	–	(214.529)
Alienações/baixas	2	–	–	2	–	2
Saldo em 31/12/2021	<u>(1.185.099)</u>	<u>(3.238)</u>	<u>–</u>	<u>(1.188.337)</u>	<u>–</u>	<u>(1.188.337)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2020	2.536.436	2.801	700	2.539.937	31.581	2.571.518
Saldo em 31/12/2021	2.462.792	2.888	700	2.466.380	46.230	2.512.610
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%	–	–	–	–

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2019	3.388.013	4.699	1.257	3.393.969	36.965	3.430.934
Adições	86.720	737	146	87.603	28.135	115.738
Transferências/reclassificações	33.665	–	(146)	33.519	(33.519)	–
Alienações/baixas	(781)	(6)	(557)	(1.344)	–	(1.344)
Saldo em 31/12/2020	<u>3.507.617</u>	<u>5.430</u>	<u>700</u>	<u>3.513.747</u>	<u>31.581</u>	<u>3.545.328</u>
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2019	(768.389)	(2.104)	–	(770.493)	–	(770.493)
Amortizações	(202.800)	(525)	–	(203.325)	–	(203.325)
Alienações/baixas	8	–	–	8	–	8
Saldo em 31/12/2020	<u>(971.181)</u>	<u>(2.629)</u>	<u>–</u>	<u>(973.810)</u>	<u>–</u>	<u>(973.810)</u>
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2019	2.619.624	2.595	1.257	2.623.476	36.965	2.660.441
Saldo em 31/12/2020	2.536.436	2.801	700	2.539.937	31.581	2.571.518
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%	–	–	–	–

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgar-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade capitalizou o montante de R\$3.706 (R\$2.264 em 31 de dezembro de 2020) referente aos custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2021 foi de 1,06% a.a. e em 2020 0,72% a.a. do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12. **Análise de impairment:** A Sociedade efetuou teste de impairment durante os anos de 2021 e 2020, pois apresentou algum indicio de perda do valor recuperável dos ativos. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificada como única UGC em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis.

11. Risco Sacado – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$6.854 (R\$7.323 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês. Estão representados por:

	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional		
Saldo inicial	7.323	1.317
Captações/Renovações	80.091	45.293
Amortização de principal	(80.552)	(39.248)
AVP/Risco sacado	(8)	(39)
	<u>6.854</u>	<u>7.323</u>
Saldo final	<u>6.854</u>	<u>7.323</u>

12. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

	Taxas		31/12/2021		31/12/2020	
Série	Quantidade	contratuais	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
8ª Emissão – 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.239.233	1.105.824	1.105.824
8ª Emissão – 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun-27	692.201	730.094	730.094
				<u>1.931.434</u>	<u>1.835.918</u>	<u>1.835.918</u>
				(50.781)	(67.557)	(67.557)
Custo de transação				1.880.653	1.778.361	1.778.361
Total				<u>1.880.653</u>	<u>1.778.361</u>	<u>1.778.361</u>
Circulante				85.955	136.758	136.758
Não circulante				1.794.698	1.641.603	1.641.603
Total				<u>1.880.653</u>	<u>1.778.361</u>	<u>1.778.361</u>

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2021		31/12/2020			
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldo inicial	143.534	1.692.384	1.835.918	–	1.716.918	1.716.918
Juros provisionados	93.465	118.523	211.988	6.440	112.560	119.000
Amortização de principal	(64.293)	–	(64.293)	–	–	–
Pagamento de juros	(52.179)	–	(52.179)	–	–	–
Transferências	(27.796)	27.796	–	137.094	(137.094)	–
	<u>92.731</u>	<u>1.838.703</u>	<u>1.931.434</u>	<u>143.534</u>	<u>1.692.384</u>	<u>1.835.918</u>
Custo de transação	(6.776)	(44.005)	(50.781)	(6.776)	(50.781)	(57.557)
Saldo final	<u>85.955</u>	<u>1.794.698</u>	<u>1.880.653</u>	<u>136.758</u>	<u>1.641.603</u>	<u>1.778.361</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª Emissão – 1ª Série	19/11/2019	1.000.000	1,00	19/11/2019	1.000.000	
8ª Emissão – 2ª Série	19/11/2019	700.000	970	19/11/2019	678.821	
		<u>1.700.000</u>			<u>1.678.821</u>	

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026
	100.421	141.371	166.201	194.933	1.235.777
	<u>3,0</u>	<u>2,5</u>	<u>2,0</u>	<u>2,0</u>	<u>1,8</u>
	<u>2027</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031</u>	<u>2027</u>

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas a seguir: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA (Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. (b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Divida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde: (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa; e (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade está cumprindo as cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$14.531 (R\$16.855 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$15.248 (R\$14.530 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	4.847	13.941	18.788
Remensuração	499	952	1.451
Adições	1.455	2.733	4.188
Utilizações	(6.613)	–	(6.613)

	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	1.175	4.483	108	9.979
Saldo em 31/12/2020	1.175	4.491	–	9.794

	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	1.175	4.483	108	9.979
Saldo em 31/12/2020	1.175	4.491	–	9.794

	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	1.175	4.483	108	9.979
Saldo em 31/12/2020	1.175	4.491	–	9.794

	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	1.175	4.483	108	9.979
Saldo em 31/12/2020	1.175	4.491	–	9.794

	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Saldo em 31/12/2021	700	3.654.717	46.230	3.700.947

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionada)

24. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Mensuração	31/12/2021				31/12/2020			
		Nível	Contábil	Valor		Contábil	Valor		
				justo	justo		justo	justo	
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	10.064	10.064	75.168	75.168			
Aplicações financeiras	Nível 2	1	3.798	3.798	7.211	7.211			
Contas a receber clientes	Nível 2	2	33.408	33.408	30.110	30.110			
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	5	5	795	795			
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	14.710	14.710	–	–			
Outros Créditos	Nível 2	2	4.475	4.475	4.888	4.888			
			66.460	66.460	118.172	118.172			
Empréstimos e financiamentos (**)	Nível 2	2	2	2	(580)	(580)			
Empréstimos – Risco sacado	Nível 2	2	6.854	6.854	7.323	7.323			
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	8.174	8.174	4.739	4.739			
Debêntures (***)	Nível 2	1	1.880.653	1.561.616	1.064.385	1.024.609			
Fornecedores e caução contratuais	Nível 2	2	29.779	29.779	31.385	31.385			
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.460	1.460	1.391	1.391			
Outras contas a pagar	Nível 2	2	15.475	15.475	8.121	8.121			
Arrendamento mercantil a pagar (CPC 06 (R2)) (***)	Nível 2	1	19.221	19.221	18.788	18.788			
			1.961.618	1.642.581	1.135.552	1.095.776			

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de preço de mercado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cações contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia Conselheiro	Roberto Paolini Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tamega Conselheira
--	---------------------------------------	--

Diretoria

Andre Giavina Bianchi Diretor Executivo de Operações	Antonio Cesar Ribas Sarr Diretor de Operações	Simone Aparecida Borsato Diretora Econômico e Financeiro/Diretora de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Luiz Marcelo de Souza Diretor de Manutenção	Fernando Vinicius de Lima CRC SP-305.385/O-9
--	---	--	---	---	--

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Régis Bittencourt S.A. Registro-SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão
Veja as notas explicativas 4.7 e 10 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria
Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu nas suas demonstrações contábeis ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão; (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliamos do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso da UGC; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (*corporate finance*): (i) se a estimativa do valor em uso da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Sociedade; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) conformação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC está razoável quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases

Indicadores	cenário I	cenário II	cenário III	cenário IV
	(provável)	(+ 25%)	(+50%)	(-25%)
CDI	11,50%	14,38%	17,25%	8,63%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(86.241)	(106.313)	(126.385)	(66.169)
Receita de aplicações financeiras	1.196	1.495	1.794	897
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(85.045)	(104.818)	(124.591)	(65.272)
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%
Juros a incorrer – Empréstimos e Debêntures (*)	(120.904)	(137.189)	(153.473)	(104.619)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(120.904)	(137.189)	(153.473)	(104.619)
Juros a incorrer líquido	(205.949)	(242.007)	(278.064)	(169.891)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 03 de janeiro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias da diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de risco, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas

26. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relacionamentos internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de risco, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas

de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo líquido de R\$78.911 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$125.981 (R\$152.880 em 31 de dezembro de 2020). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Fluxos de caixa contratuais				
	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Capital de giro	6.854	–	–	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	1.188	5.600	6.568	5.865	–
Debêntures – CDI	–	140.111	139.781	332.473	320.497
Debêntures – IPCA	–	69.738	73.506	169.877	1.355.931
Fornecedores e caução contratuais	26.955	2.824	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	8.174	8.174	–	–	–
Outras contas a pagar	15.475	15.475	–	–	–
	2.010.937	2.681.417	218.273	219.856	508.215
		58.646	218.273	219.856	508.215

de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	202.938

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 31.769 (R\$ 5.123 em 31 de dezembro de 2020).

28. Eventos Subsequentes – Abaixo a relação de integralizações de capital em moeda corrente nacional ocorridas na Sociedade.

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado	Valor a integralizar
20/01/2022	AGE	8.955.224	12.000	12.000	–
07/02/2022	AGE	72.549.020	74.000	3.000	71.000
			86.000	15.000	71.000

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúrio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 24 de fevereiro de 2022.


 KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

 Gustavo de Souza Mathiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8